

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL – PPGPLAN

A INCLUSÃO SOCIAL NA PERCEPÇÃO DE MORADORES DO
MACIÇO DO MORRO DA CRUZ EM FLORIANÓPOLIS

Antônio Alexandre Kale

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Planejamento
Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da
Universidade do Estado de Santa Catarina sob
orientação do Prof. Dr. Pedro Martins.

Florianópolis, 2022.

Kale, Antonio Alexandre

A Inclusão Social na Percepção dos Moradores do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis / Antonio Alexandre Kale.
-- 2022.

62 p.

Orientador: Pedro Martins

Coorientador: Isa de Oliveira Rocha

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, 2022.

1. preconceito. 2. inclusão social. 3. direitos. 4. estigma. I. Martins, Pedro . II. de Oliveira Rocha, Isa . III. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. IV. Título.

A INCLUSÃO SOCIAL NA PERCEPÇÃO DE MORADORES DO MACIÇO DO MORRO
DA CRUZ EM FLORIANÓPOLIS

Antônio Alexandre Kale

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Martins – Orientador	UDESC
Prof. Dr. Edson Rosa Gomes da Silva	UFSC
Prof ^ª . Dr ^ª . Isa de Oliveira Rocha – Presidente	UDESC
Prof. Dr. Douglas Ladik Antunes – Suplente	UDESC

Florianópolis, 30 de novembro de 2022 – 15 horas.

O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo, fará coisas admiráveis.
José de Alencar

KALE, Antônio Alexandre. **Inclusão social na percepção de moradores do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis**. Dissertação – PPGPLAN/UDESC. Florianópolis, 2022.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a percepção de inclusão social a partir do olhar e de experiências vivenciadas por moradores do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis no Estado de Santa Catarina. Toma-se como referencial teórico as categorias de desigualdade social/tratamento igualitário, qualidade de vida, urbanização, preconceito e estigma, além de racismo estrutural, déficit habitacional e zonas especiais de interesse social. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, baseada em observação empírica onde foram realizadas entrevistas com oito moradores da localidade, utilizando-se um roteiro semiestruturado. As unidades de análise foram as comunidades do Maciço do Morro da Cruz. Para análise qualitativa dos dados, empregou-se o método de análise de conteúdo utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, categorial e enunciação. Como resultado verificou-se que, a partir da localidade de moradia dos indivíduos, existe um paradoxo onde o estigma os fortalece e os enfraquece, onde se entrelaçam a misticidade e magia do local à falta de assistência e abandono não só por parte do poder público mas, também, de todos os cidadãos, ou seja, da população em geral. Necessita-se de reflexão, no intuito de possibilitar qualidade de vida e inclusão social, para que os moradores locais possam ser atendidos em suas necessidades, especialmente a mais notória delas: a necessidade de pertencimento. Constatou-se o sentimento de rejeição entre os entrevistados. De certa forma, a pobreza emocional é nitidamente maior do que a pobreza material deixando latente a necessidade de inclusão social como base da efetividade do planejamento territorial.

Palavras-chave: Preconceito. Inclusão Social. Direitos. Estigma.

KALE, Antônio Alexandre. **Social inclusion in the perception of residents of Morro da Cruz Macico in Florianópolis.** Dissertação – PPGPLAN/UDESC. Florianópolis, 2022.

ABSTRACT

This work aims at the perception of social inclusion from the perspective and experiences lived by residents of the Maciço do Morro da Cruz in Florianópolis in the State of Santa Catarina. The categories of social inequality/egalitarian treatment, quality of life, urbanization, prejudice and stigma, as well as structural racism, housing deficit and special areas of social interest are taken as a theoretical reference. A qualitative, exploratory research was carried out, based on empirical observation, where interviews were carried out with eight residents of the locality, using a semi-structured script. The units of analysis were the communities of the Maciço do Morro da Cruz. For qualitative analysis of the data, the method of content analysis was used, using the technique of content analysis, categorical and enunciation. As a result, it was found that, from the place of residence of the individuals, there is a paradox where the stigma strengthens and weakens them, where the mysticity and magic of the place are intertwined with the lack of assistance and abandonment not only by the public authorities. but also of all citizens, that is, of the population in general. Reflection is needed, in order to enable quality of life and social inclusion, so that local residents can be met in their needs, especially the most notorious of them: the need to belong. There was a feeling of rejection among the interviewees. In a way, emotional poverty is clearly greater than material poverty, leaving latent the need for social inclusion as the basis for the effectiveness of territorial planning.

Keywords: Preconception. Social inclusion. Rights. Stigma.

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que o conteúdo deste trabalho resulta de coleta de dados realizada em campo e de revisão bibliográfica cientificamente referenciadas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE NO CONTEXTO ESTRUTURAL HISTÓRICO BRASILEIRO.....	07
CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL DE LOCAIS VULNERÁVEIS E O DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL DO MACIÇO DO MORRO DACRUZ.....	25
CAPÍTULO III – MATERIAIS E MÉTODOS.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	59

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo apresentar o resultado da pesquisa realizada junto aos moradores do Maciço do Morro da Cruz onde se buscou levantar e discutir a visão geral daqueles sujeitos a respeito do processo de inclusão social na cidade de Florianópolis como um todo.

A principal motivação para a realização deste trabalho está relacionada à minha vivência, junto à população local, na condição de agente público relacionado à segurança pública, durante longos anos. Nesse período de atuação sempre fui sensível à forma com que os habitantes locais se relacionam com a sociedade abrangente e à forma como são vistos no contexto desse relacionamento.

Quanto à produção científica já desenvolvida acerca desta temática, cabe iniciar registrando que as evidências apontam a disparidade social e econômica no nosso país destacando a necessidade de investigação, reflexão e debate sobre a temática da inclusão. Desta forma, analisar o cotidiano daqueles que ocupam as favelas é preocupação e pauta de órgãos públicos e da sociedade em geral. No intuito de contribuir com a ciência, pesquisas tem sido realizadas neste contexto para servir como instrumento de apoio à formulação de políticas públicas, em busca de respostas condizentes ao planejamento territorial e social das comunidades que crescem à margem das grandes cidades. Ainda assim, o número de pesquisas é pouco expressivo frente ao avanço desta triste realidade.

Sob a ótica de uma abordagem temporal pode-se listar a bibliografia no contexto histórico e estrutural com recorte no fim do século XIX, XX e dias de hoje investigados pelo historiador Bueno (1998) e recentemente por Harari (2020). Já no recorte da colonização em Santa Catarina, em Santos (2009), destaca-se a relevante e primordial ocupação vinda do mar e assentada nos morros da capital catarinense.

A ocupação originária de exploradores mercantilistas europeus, nativos tupi-guarani, escravos e degredados, Santa Catarina e especificamente Florianópolis, tendo inicialmente deixado de ser região de cunho extrativista, logística da prata assentada por Dias Velho, batizada de Desterro, não foge ao interesse capitalista, mas ainda não industrial, já no século XVII.

Conforme citado, essas questões socioespaciais evidenciam territórios de

vulnerabilidade social, especialmente nas favelas localizadas na área central da cidade de Florianópolis. Tema pulsante e contemporâneo, não se esgota no novo século e está longe de dirimir os conflitos sociais, principalmente em territórios desordenados. Soares (2019), na percepção da violência urbana, Valladares (2017), na origem das favelas e suas concepções conforme o recorte temporal, mostram que o poder público age conforme seus interesses políticos, econômicos e sociais. Do estigma pesquisado por Cecchetto (2018), depreende-se que basta estar do lado ou morar em uma favela para ser “taxado” como envolvido com o crime. Zaluar e Alvito (2019) observam a ordem cronológica dos pobres e moradores das favelas.

O transparente social, ou seja, a “ralé” brasileira daqueles que circundam e residem em territórios cariocas irregulares, Wacquant (2005) esclarece que não é um problema local, mas dos dois lados do atlântico, seja estadunidense ou europeu, ambos condenados na cidade, bem como Chalhoub (2017) que aponta a ocupação não como invasão, mas incentivada pelo poder público com objetivo especulatório e fator discriminatório.

Neste sentido, a formação das favelas cariocas, formada por moradores expulsos dos cortiços centrais como culpados da febre amarela, tipificados na ideologia da higienização em que o pobre é desprovido de higiene e responsável pela proliferação de toda a crise sanitária. Outra semelhança daquela época com os dias de hoje se dá com o interesse do Estado e do mercado na especulação imobiliária e estética (ADAMS, 2002).

Os moradores de baixa renda foram expulsos e enviados aos espaços cedidos, ora Morro da Providência, no Rio de Janeiro. Da mesma forma os pobres de Florianópolis foram expulsos do valorizado centro da cidade e enviados, ou tendo como única opção, como ocupantes do Maciço do Morro da Cruz. Rolnik (2019) aponta a guerra global dos lugares em consonância com Maricato (2015) que, da mesma forma, esclarece que a luta por um lugar não é apenas aguardar políticas públicas, mas uma luta de classes.

De acordo com essas pesquisas, o favelado em geral é apontado como um marginal, portanto estigmatizado. Os gestores exercem políticas públicas conforme o entendimento das necessidades que pensam como a melhor solução. O estado usa seu poder através das forças públicas de suas instituições, com a política de repressão e expulsão daqueles que ocupam suposto território inóspito. Os moradores abastados da capital do estado de Santa Catarina, por sua vez, pensam que há qualidade de vida a todos que residem em Florianópolis.

A mídia difunde a ideia de invasores de uma área de proteção ambiental e local perigoso, com altos índices de criminalidade, sem prévia pesquisa da história da ocupação, do fenômeno da violência e da dinâmica complexa da crise habitacional. Aqueles que se conceituam

ambientalistas apontam para territórios de pobreza. O mercado visa a especulação imobiliária, bem como a necessidade de estética urbana, devendo retirar os moradores do MMC em plena área central da Ilha de Santa Catarina, mas a real finalidade é a exploração e o lucro.

Desta forma, algumas questões norteadoras foram fundamentais para atingir as respostas sobre as dificuldades e/ou estigmas observadas para efetivar a inclusão social, também buscar compreender o que os ocupantes deste espaço social denominado MMC entendem sobre a beleza natural da “ilha da magia” e a qualidade de vida de quem reside em Florianópolis, buscando assim a construção de ações e iniciativas para que o poder público, outros organismos e também da população em geral, de forma efetiva possam promover a inclusão social nestas favelas.

Neste sentido, Leite e Gomes (2019) sugerem que o processo vivenciado em busca da integração social pelas populações moradoras de favelas levanta o tema da relação entre periferias, trabalho e valores, já que além da inclusão social a inclusão produtiva é cheia de significados. A informalidade já lhes parece legítima frente às possibilidades de mercado que se apresentam, com raras oportunidades de trabalho, onde o Estado e o mercado poucas esperanças lhes proporcionam, a nível de se tornarem microempreendedores às margens da informalidade e da tão conhecida e vivenciada (des) regulação social (LEITE; GOMES, 2019).

Quanto à metodologia, a pesquisa é de caráter exploratório e cunho qualitativo, com a realização de entrevistas com moradores do Maciço do Morro da Cruz.

Diante disso definiu-se como problema para esta pesquisa a seguinte questão: Diante do contexto da inclusão social, qual a percepção dos moradores do Maciço do Morro da Cruz?

Para atender a esta indagação, definiram-se os objetivos, geral e específicos, para esta pesquisa.

Desta forma, foi estabelecido como objetivo geral: analisar a percepção de moradores da comunidade do Maciço do Morro da Cruz sobre inclusão social e identificar seu sentimento quanto às oportunidades e participação no contexto socioespacial.

Como objetivos específicos, foram definidos: 1) Descrever a opinião e sentimento dos moradores quanto ao estigma de residir no MMC; 2) Identificar as dificuldades de inclusão social dos moradores em virtude de residirem em morros, especificamente no MMC; 3) Verificar sob a ótica dos moradores do MMC quanto à dicotomia que envolve o conceito de beleza natural da “ilha da magia” e qualidade de vida; 4) Associar os resultados e apurar

qual(ais) a (s) forma (s) de minimizar a desigualdade social no MMC.

O debate contemporâneo busca resolver as questões sociais atreladas aos espaços, com objetivo de solucionar as discrepâncias de ordem social, por vezes mencionadas de maneira reducionista, com dicotomias de oportunidades e usufruto da estrutura do poder público, bem como divergências entre os estratos sociais privilegiados ou sem oportunidades, invisíveis e estigmatizados pela sociedade.

A presente pesquisa apresenta como referencial teórico os conceitos de estratos sociais, território, estigma, favela, inclusão social e comunidades. Dentre os autores pesquisados e em consonância com a pesquisa destacamos o pensamento de Karl Marx pelo embate na luta de classes e a teoria weberiana das camadas sociais e seus níveis sociais no contexto socioespacial, da forma como são apresentados os referidos teóricos por Sell (2020).

Sob esta perspectiva, Goffmann (1982) aponta uma reflexão quanto aos estigmas individuais presentes em grupos sociais. Habermas (2002) discorre sobre a incapacidade de inclusão do cidadão tido como o outro, desprovido de preceitos democráticos e sociais. Já Coulon (1995) aborda o conceito antropológico das diferenças sociais no início da formação da escola de Chicago.

Na visão de Santos (1978) a formação social não é estática e desenvolve a dinâmica socioespacial, enquanto Perlman (1977) pesquisa fundamentando a classificação das escolas teóricas na concepção de favelas e os ditos marginais. No contexto do Maciço do Morro da Cruz os resultados se darão por intermédio da percepção dos moradores no que tange à sua inclusão social, envolvendo a dinâmica socioespacial na qual estão inseridos.

Algumas pesquisas relacionadas foram efetuadas nas favelas do Rio de Janeiro e matérias jornalísticas efetuadas pela mídia estadual. Pesquisas mencionadas acima apontam que o favelado em geral é um marginal, portanto estigmatizado. Os gestores exercem políticas públicas conforme o entendimento das necessidades que pensam como a melhor solução.

Além disto o Estado usa seu poder por intermédio das forças públicas de suas instituições, com a política de repressão e expulsão daqueles que ocupam suposto território inóspito em alguns casos, enquanto o mercado visa a especulação imobiliária, bem como a necessidade de estética urbana, devendo retirar os moradores do MMC em plena área central da Ilha de Santa Catarina. Mas a real finalidade é a exploração e o lucro. A invisibilidade daqueles que residem em construções desordenadas só é sentida quando surge uma “ação salvadora” política, econômica, financeira ou social.

Em contrapartida, os moradores da capital do estado de Santa Catarina, por sua vez, pensam que há qualidade de vida para todos que residem em Florianópolis. A mídia difunde a ideia de invasores de uma área de proteção ambiental e local perigoso, com altos índices de criminalidade, sem prévia pesquisa da história da ocupação, do fenômeno da violência e da dinâmica complexa da crise habitacional. Ademais, aqueles que se conceituam ambientalistas apontam para territórios de pobreza.

Alguns questionamentos nos chamam a atenção na condição de pesquisadores e cidadãos: Qual a visão dos moradores? Quais os seus sentimentos? Que visão têm do local que habitam? Como percebem seus ambientes socioespaciais na sociedade e o olhar dentro da camada social que planeja ou não melhorar a estrutura e oportunidades?

A justificativa para a realização desta pesquisa consiste no aprofundamento da discussão dos moradores favelados e denominados ocupantes de territórios subjugados de habitações sub-normais, conceituados como “comunidades carentes”. A presente pesquisa busca conhecer o cotidiano desses territórios. A expectativa é que por intermédio destas respostas, os questionamentos sejam afirmados, problematizados, negados ou abertos ao diálogo, ao debate, à reflexão e ao planejamento territorial do século que apenas desponta.

Os temas abordados na fundamentação teórica, em virtude dos objetivos desta pesquisa, compreendem a inclusão social por intermédio dos itens: – A formação da sociedade no contexto estrutural histórico brasileiro, o conceito de favela/ comunidade, o racismo estrutural, contexto socioespacial e o estigma e a percepção de moradores da favela do Maciço do Morro da Cruz; Zonas especiais de interesse social e o Maciço do Morro da Cruz, déficit habitacional, desenvolvimento socioespacial de locais vulneráveis.

Com intuito de inclusão social e o conceito de local de pretos e pobres, Valladares (2006) aborda a teoria do reconhecimento como espaço estabelecido e negativo de dicotomia de conceitos. Por derradeiro, a favela de ex-escravos remanescentes da Guerra de Canudos e difusores da febre amarela dos cortiços.

Chalhoub (2017) apresenta a teoria através da digressão histórica daqueles que eram considerados o estorvo para a cidade do Rio de Janeiro e causadores de todo o mal social: a teoria da necessidade de higienização dos cortiços denominados por origem “Cabeça de Porco” da sociedade carioca com desdobramentos nas demais localidades estigmatizadas do Brasil, tal

como o Maciço do Morro da Cruz, ora compostas de residências suntuosas, ora de barracos de favelas catarinenses.

O resultado da pesquisa realizada segue exposto em três capítulos. No capítulo I, “A formação da sociedade no contexto estrutural histórico brasileiro”, apresenta-se uma revisão teórica temática sobre o tema abordado. No capítulo II, “Desenvolvimento socioespacial de locais vulneráveis e o desenvolvimento socioespacial do Maciço do Morro da Cruz”, apresenta-se um painel da formação social do próprio objeto de estudo. No capítulo III, “Materiais e métodos”, apresenta-se o processo da pesquisa seguido da coleta de dados, análise, interpretação e conclusões.

Tendo chegado ao final deste trabalho, quero deixar consignado meu agradecimento a todos aqueles que de alguma forma me apoiaram neste desafio: primeiro, a minha amada esposa Mariana Polidoro da Costa Kale e meu filho Benjamin, sem eles nada faria sentido. Aos meus pais, que me mostraram que só há um caminho, o reto. A professora Dra. Isa de Oliveira Rocha, que acreditou que eu poderia ser um pesquisador. Tenho uma gratidão muito especial pelo meu orientador, professor Dr. Pedro Martins, profissional que toda a Academia deveria ter como referência – também pelo zelo, paciência e sabedoria. Aos professores e servidores da UDESC. Aos amigos Dr. Artur Haddad Herdy, Dr. Marcelo De Lucca, Dr. Edson Rosa Gomes da Silva, Mestra Jane Lecardelli, Mestre Jorge Sandoval, Doutoranda Denise Johann, Coronel e Mestre Zelindro Ismael Farias, Davi Santos e parceiros que compõem minha equipe de trabalho que disseram: “você deve, você pode e você consegue”! A todos os meus familiares, de sangue e dos laços da minha amorosa esposa, mas com um carinho muito grande a minha irmã, professora Dra. Tânia Márcia Kale que sempre dizia: “vai, não pára, continua a estudar”! Aos meus colegas de mestrado e de trabalho. Aos meus saudosos entes queridos que partiram antecipadamente, Henry Cromack, tio Juarez e Bárbara Kale, que onde estiverem permanecem comigo. Acima de tudo, a força espiritual que nos rege e nos dá energia às missões terrenas, em tempos difíceis de pandemia.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE NO CONTEXTO ESTRUTURAL HISTÓRICO BRASILEIRO

No presente capítulo trata-se de apresentar o estado da arte da temática enfocada com a apresentação de uma revisão teórico-temática da literatura.

No Brasil, Cecchetto, Muniz e Monteiro (2018) em seus artigos observam e atestam a concepção estigmatizada daqueles que moram naquilo que é chamado de favela pelo mero fato de estarem “ligados” ao local perigoso e homizante de criminosos. Ainda assim, reporta a demanda da necessidade da aparência de incluído socialmente, desde que empreendendo através dos supostos salvadores projetos sociais e organismos de “pseudo-inclusão” social empreendedora.

Segundo Souza (2018), a versão do ser humano invisível em sua obra “A ralé brasileira” é o “Zé ninguém”, desprovido de identidade social e pessoal por residir em uma favela, cuja teoria já havia sido exposta através de Erving Goffman (1982). Souza observa que os moradores das favelas passam invisíveis pelos olhos da sociedade, salvo interesse “eleitoreiro”, populista e demagógico. Zaluar e Alvito (2019), por sua vez, destacam a localidade centenária da favela e o “problema” não resolvido de expulsão e exclusão social.

O termo “favela” evoca em suas origens o local do sertão baiano onde se concentravam os seguidores de Antônio Conselheiro, tendo-se difundido no Rio a partir da ocupação do Morro da Providência por soldados que voltavam da campanha de Canudos e começaram a chamá-lo de morro da Favela. Nascera a Favela, 1897 (CHALHOUB, 1987).

Sendo assim, consegue-se também definir o conceito de comunidade. De acordo com Valladares (2006), a palavra “comunidade” é um subterfúgio para representar “favela”, muito utilizado por ONGs, associações de moradores e políticas públicas, que serve para escamotear os seus conflitos internos. Sendo assim, pode-se afirmar que “favela” e “comunidade” são conceitualmente sinônimos. Com a inclusão da favela como “bairro”, o poder público transformou o termo “favela” em comunidade carente, com o escopo de evitar o preconceito do território ocupado pelos mais necessitados.

Retornando ainda a fundamentação dos pesquisadores Zaluar e Alvito (2019, p. 21), na demanda pela aceitação, assentamentos e infraestrutura das favelas, a favela cede o espaço do nome pejorativo, estigmatizado e preconceituoso, para o conceito de “comunidades

carentes”.

Outro ponto que há de ser observado são os estudos de Fernandes (2008), que aponta a ocupação de locais inóspitos e, em tese, desinteressantes, pelos negros escravizados após a condição de libertos.

Eles serviam ao trabalho braçal da atividade agrícola, no chão de fábrica da demanda da industrialização urbana e, por vezes, ocupantes de locais decadentes, sem opção para aqueles com interesse em residir na área central, próximo aos locais de trabalho (FERNANDES, 2008).

O investimento era voltado aos donos dos meios de produção e colonizadores e não aos libertos. A predominante parcela negra desse segmento social é o paradigma dos moradores dos morros e territórios vulneráveis (FERNANDES, 2008).

Desde a formação da sociedade, os indivíduos exercem o papel de disputa de poderes não só com escopo na qualidade de vida e condições sociais, mas pela cobiça de sobrepujar seu grupo, estrato social ou mesmo individualmente sobre os demais (FERNANDES, 2008).

Ainda segundo Wacquant (2005), a temática permite analisar mecanismos estruturais históricos desde os primórdios em relação às disputas e transformações sociais. Na história da colonização brasileira não é diferente. A perspectiva de Soares (2019, p. 57) ratifica o exposto com o devido questionamento:

De que adianta informar aos cidadãos que se reduziu a probabilidade de que ele ou ela, ou seus filhos, vizinhos, parentes e amigos, sejam vítimas de crime, se permanece negativa a percepção compartilhada, ainda que desigualmente distribuída entre classes sociais, grupos etários e habitantes de áreas diferentes?

A temática em tela abordada sobre favelas e demais territórios denominados vulneráveis são temas discutidos a partir de reflexões de autores como Cecchetto, Muniz e Monteiro (2018), Souza (2018), Zaluar e Alvito (2019) de narrativa não distante da narrativa acima. Apresenta as dificuldades e agruras que os moradores das favelas, com os dissabores experimentados pelos mesmos e os desafios pela sociedade e seus segmentos públicos e privados que se apresenta nesse novo século que desponta.

Goffman (1982) contribui e elenca as diversas modalidades de estigma sofridas em virtude de etnia, raça, poder aquisitivo ou pelo fato de ocuparem um espaço de descrédito social. Eles exercem influência principalmente nos locais pobres e vulneráveis: os guetos,

comunidades, favelas ou outra denominação conforme o local que está situado.

Assim como Valladares (2017), Chalhoub (2017) pesquisa a gênese da favela, sua ocupação por pretos, pobres e de alguma outra forma desafortunados cujo tempo essas classes ditas “perigosas” perpetuaram com a nódoa do distanciamento da inclusão social. O tempo passou, a história permaneceu, mas os desafios não. Aquilo que era escasso e desordenado, tal como a insuficiência de moradia, a especulação imobiliária e equilíbrio no recolhimento de tributos, continuou.

A aversão aos pobres e àqueles que ocupam os territórios denominados favelas, o discurso de redução de criminalidade e reinserção das moradias com condições básicas de habitação não suprem o estigma estrutural.

O tema é pretérito, entretanto se manteve pulsante e provocador. Todo cidadão pertence à sociedade e toda a sociedade deve incluir o cidadão, mas aparenta que não. Identificar e refletir não são apenas a demanda de um debate e reflexão perene, não obstante imperioso.

No momento atual do Brasil, em que se faz urgente repensar o percurso passado e os rumos futuros do desenvolvimento do país, a contínua reflexão acerca dos elementos indispensáveis para olhar para os territórios no presente contexto contribui, portanto, para dotar os debates atuais de um maior conteúdo analítico capaz de identificar as possibilidades abertas a um novo modelo de desenvolvimento, reafirmando o fato de que dinamismo econômico com coesão social e conservação ambiental passa, necessariamente, por um tratamento positivo da dimensão territorial do desenvolvimento e reafirmando, assim, a natureza do planejamento territorial como ciência social aplicada (GALVANESE, 2018).

O fenômeno das favelas ou qualquer outra moradia pobre, desordenada, território de assentamento na maioria das vezes irregular, estigmatizada, ocupados por pessoas humildes, sem recursos financeiros, de moradias de qualidade abaixo das normas e com condições precárias é abordado por Perlman (1977). Pesquisadora estadunidense que na década de 1960 esteve no Rio de Janeiro investigando o tema, cuja sociedade pluralista e diversificada apresenta o mito da marginalidade dos moradores desse espaço: aqueles que vivem à margem da sociedade, ou seja, socialmente excluídos. No final da referida década, esse território representava cerca de um terço da população do Rio. Assim observa:

Assentamentos subnormais no terceiro mundo – seja qual for o nome pelo que são conhecidos: bandas de miséria na Argentina, Gececondu na Turquia, Bidonvilles na Argélia, favelas no Brasil – todos refletem o mesmo jogo de forças sociais. A moradia “padrão” é tão escassa em

relação às necessidades, e mesmo as casas mais baratas custam tão mais caro do que as famílias de baixa renda podem pagar, que os terrenos baldios dentro e fora do perímetro urbano se enchem naturalmente de casebres para milhares de famílias migrantes (PERLMAN, 1977, p. 39).

Perlman aduz, ainda, indo ao encontro da teoria de Goffmann (1982) e da temática apresentada por Souza (2018):

[...] a visibilidade e a aglomeração do grupo torna fácil para a classe dominante não apenas estigmatizá-lo como também lhe definir a situação e manipulá-lo no sentido de manter o *status quo* [...] tendo em vista as condições de vida desta parcela da população nas favelas ou subúrbios, consolidou-se a crença de que seus moradores automaticamente assumiram uma série de características econômicas, sociais, culturais e políticas concomitantes. É a combinação e hipotética manipulação da marginalidade como uma conceituação aplicada às classes inferiores em geral e como uma explicação para a existência da pobreza (PERLMAN, 1977, p. 128/129).

O elo da corrente de classe social está intimamente ligado à pobreza e à marginalidade. Na pirâmide social essa corrente se apresenta mais forte e em menor escala no seu topo e inversamente proporcional na sua base. Forte na conceituação de poder em todos os sentidos, sejam eles políticos, econômicos, culturais ou sociais. Fraco na inclusão da mesma sociedade à qual se pertence, nos mesmos poderes elencados.

Segundo Kirchner (2016, p. 13/14),

A formação de favelas, conjunto de moradias caracterizadas pela ilegalidade da posse da terra, se dá pela ineficiência na criação de moradias descentes e, também, pela conivência dos órgãos públicos dada a sua ineficiência de melhorar as estruturas. Por um lado, a precariedade das favelas, por outro a comodidade por sua localização, pois a maioria está instalada em grandes centros urbanos, próximo das oportunidades de trabalho e menor custo de transporte para locomoção.

As escolas de pensamento convergem à marginalidade da pobreza urbana, utilizam pressupostos teóricos diversos, com metodologias, técnicas e pesquisa empírica conforme preceitos ideológicos. Passam pela abordagem psicossociológica, arquitetônica-ecológica, etnográfica, tradicional modernizante, cultura da pobreza, ideologia da participação e teoria do radicalismo (PERLMAN, 1977).

Na sociedade brasileira a distinção de classes sociais está presente desde a sua colonização. O objetivo extrativista e escravocrata ensejou na diferença de classes criando a cultura segregadora do racismo estrutural. Ribeiro (2019), por sua vez, analisa o tema pelo modelo estrutural formado pelo conflito no que tange à história da sociedade, presente que se perdura ao longo do tempo pelo convívio com as normas morais estigmatizantes que reflete na demanda de mudanças de paradigmas futuros através de um manual antirracista. Sustenta que a “cultura” do racismo está intrínseca na sociedade, independente do elemento volitivo daquele que a possui.

A sociedade, de forma instintiva e no coletivo inconsciente, exerce o racismo, o preconceito e a aversão a determinados estigmas, independentemente de seu plano ideal, pela estrutura formada no decorrer do amálgama do evento intertemporal da formação social ao longo do tempo. Cria-se, de forma consuetudinária, crenças com características de um grupo ou indivíduos, avessas a membro de determinado segmento social, neste em particular, a cor da pele, raça e etnia. Às vezes despercebido, outras voluntariamente.

No caso da sociedade brasileira, as cicatrizes deixadas pela escravidão transcendem a percepção daqueles moradores que ocupam territórios de baixo nível econômico, voltados à condição social de pobreza e violência.

Na opinião de Soares (2019, p. 36), “os grupos sociais mais vulneráveis serão também, no quadro maior das desigualdades brasileiras e do racismo estrutural, os mais vulneráveis à escolha dos policiais, porque estes projetarão preconceitos no exercício de sua vigilância”.

O poder público corrobora a aversão a determinado grupo social com atividade laboral de baixa renda, da escassa oportunidade dos trabalhadores libertos, consequência já explicitada por Fernandes (2008), da tardia e intencionalmente não planejada abolição da escravatura.

Os nativos explorados no Brasil colônia, a política mercantilista extrativista, a imposição da escravidão, a posterior falta de planejamento dos libertos, o período da ausência de direitos trabalhistas, a disputa histórica pelo poder dominante, a especulação imobiliária, a falta de políticas públicas eficientes com medidas às vezes pírias, insuficientes e inócuas de curto prazo, o interesse eleitoreiro, os estigmas individuais e sociais, a desigualdade social gritante em um mesmo espaço socioambiental, fazem parte do complexo ambiente socioespacial (FERNANDES, 2008).

Assim como as divergentes oportunidades aplicadas pelas instituições de saúde, segurança e educação, a distopia de inclusão digital aos pobres e vulneráveis, ocasionam uma

evolução lenta, pouco gradual, ascendente e perene, permanece na batalha dicotômica de classes e estratos sociais por um espaço digno e sustentável.

Em Florianópolis, Santos (2009) aborda alguns destes temas em sua tese “Do mar ao morro”. Especificamente no recorte geográfico em estudo, o Maciço do Morro da Cruz também padece desta problemática. Desde a colonização portuguesa do Brasil Meridional, regulamentados pela Provisão Régia Portuguesa de 1747, previa ocupação em Florianópolis através de assentamentos urbanos controlados pelo colonizador dominante.

Conforme Adams (2002, p.121), “o objetivo: um sistema racional de distribuição de terras, combinado com a construção supervisionada de vilas para evitar o crescimento independente e descontrolado das povoações, estimulados pela descoberta do ouro no final do século anterior.”

O Maciço do Morro da Cruz (MMC) está localizado

na porção central de Florianópolis e pode-se ali observar a presença da chamada “cidade irregular”, formada por pelo menos dezoito comunidades que reuniram uma população aproximada de 26.000 pessoas [...]. Esta população, apesar de viver em uma área central do atual aglomerado urbano, é considerada periférica à cidade. É um conjunto de comunidades que fala desde uma Florianópolis invisível, que desafia as políticas públicas da administração local e que, com certeza, demanda melhor reconhecimento (TOMÁS; SCHEIBE, 2015, p.165/166).

As questões territoriais e sociais do MMC também são tratadas por autores como: Krischke e Fernandes (2010), Tomás e Scheibe (2015), Saquet e Silva (2009), que, por intermédio de de suas respectivas pesquisas, percebem a dinâmica de morar em um território onde pessoas de origem humilde e de limitações de recursos se estabeleceram em um local de parco investimento do poder público e, ainda assim, perigosos.

Conforme Krichke e Fernandes,

Mais recentemente, se iniciou a formação de comissões de moradores através das escolas que atendem as famílias do Maciço, o que tem ajudado a despolarizar a competição entre as comunidades de moradores. Essas comissões foram gradualmente nucleando os interesses das comunidades, de modo a superar sua fragmentação e vulnerabilidade à dominação clientelista dos políticos e partidos conservadores. As demandas pela contenção das encostas e a proteção dos direitos ambientais, por exemplo, mobilizaram as negociações com a prefeitura municipal, gerando a partir daí a criação do FORUM de Comunidades do Maciço, responsável por encaminhar e negociar essas

e outras demandas das comunidades. Nesse processo de negociações surgiu a demanda por uma legislação municipal que decretasse o Morro da Cruz como parte de uma ZEIS (zona de especial interesse social), de modo a permitir a regularização fundiária, a ocupação legal do solo, e o acesso aos serviços básicos que correspondem ao zoneamento urbano (2010, p. 359).

Estabelecido assim o conceito de estigmatização, é importante também entender o de território. No século anterior e na nova era, aqueles que rompem os territórios e se mudam em busca de uma qualidade de vida e conseqüentemente, dentre outras melhorias, a ascensão de moradia em um local melhor de morar, a ocupação do território deixa marcas indelévels naqueles que dali surgiram e/ou permanecem.

Segundo Saquet e Silva (2009), “a utilização do território pelo povo cria o espaço” (p. 26). Imutável em seus limites e apresentando mudanças ao longo da história, o território antecede o espaço. O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área.

É importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na geografia, estaríamos desconsiderando diferentes formas de focar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração os atores e suas respectivas relações sociais.

O espaço denominado Maciço do Morro da Cruz corrobora com os conceitos citados, onde é ocupado na grande maioria por pessoas com menores condições financeiras, onde em suas entrevistas relatam que só estão ali inseridas devido à sua condição econômica e não por escolha.

Nesses espaços, onde prevalece a vulnerabilidade daqueles que habitam os territórios, é clara a estratificação social sustentada por Weber e a dicotomia de classes apresentada pelo marxismo acima mencionado, pelo escopo da classe dominante na manutenção do poder para uma minoria em detrimento da maioria.

Tanto Marx quanto Weber perceberam claramente a divisão existente entre os seres humanos a partir da apropriação dos recursos econômicos (SELL, 2020). Ainda que Marx tenha se aprofundado nas relações de poder imediatas ditadas pela posse de recursos, as duas correntes de pensamento concordam na questão em que o acesso aos recursos da economia torna as diferentes classes ou diferentes estratos sociais mais ou menos influentes estando, portanto, na

direção da sociedade uma elite econômica com todas as implicações em relação a valores ou tomada de decisão.

É esta “elite” que reside na pequena parte “nobre” com infraestrutura no MMC. Utilizando este contexto, no Maciço do Morro da Cruz o desinteresse por aquele espaço o levou a ser cedido aos pobres para, em um momento seguinte, serem taxados de invasores e não mais por espaços cedidos e como ocupantes, com fulcro na especulação imobiliária e conveniência em nome da estética da parte central de Florianópolis, local valorizado em tempos hodiernos (SANTOS, 2009).

Nesse contexto, a ocupação do espaço no objeto de estudo demanda questionamentos acerca daqueles que residem no referido ambiente, cujo território apresenta incongruências, entre a visão daqueles que habitam na mesma cidade com diferentes realidades sociais.

É importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na geografia tradicional, estaríamos desconsiderando diferentes formas de enfocar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas tornam muito.

O espaço denominado Maciço do Morro da Cruz corrobora com os conceitos citados, onde é ocupado na grande maioria por pessoas com menores condições financeiras, onde em suas entrevistas relatam que só estão ali inseridas devido à sua condição econômica e não por escolha.

Nesses espaços, onde prevalece a vulnerabilidade daqueles que habitam os territórios, é clara a estratificação social sustentada por Weber e a dicotomia de classes apresentada pelo marxismo acima mencionado, pelo escopo da classe dominante na manutenção do poder para uma minoria em detrimento da maioria.

Da mesma forma, antes, Weber já teria apresentado sua grande novidade através da teoria da estratificação social, em que as várias esferas das classes sociais, onde a classe diz respeito aos interesses econômicos, tal como estamento tem a ver com o estilo de vida das camadas sociais, juntamente com o prestígio e a honra conferidas a cada uma (SELL, 2020).

Nesse contexto, a ocupação do espaço no objeto de estudo demanda questionamentos acerca de aqueles que residem no referido ambiente, cujo território apresenta incongruências, entre a visão daqueles que habitam na mesma cidade com diferentes realidades sociais. Destaca-se a importância de analisar a visão dos moradores destes lugares no que tange à sua inclusão social.

Kirchner ratifica este entendimento relatando da atratividade do mar, a esperança da

oportunidade de residir em um lugar melhor, atraídos pelo consumo apresentado das grandes cidades, como se fosse qualidade de vida a todos que venham morar nas urbes de grande número de habitantes e de grande porte. Mais uma vez a beleza natural e também as precariedades do “campo”, área rural com as mesmas mazelas de desestruturação socioespacial:

O Estado chama muita atenção pelo seu litoral paradisíaco e seu déficit habitacional se dá oriundo da concentração populacional em sua região litorânea devido ao êxodo rural e por migrantes de outros estados em busca de maior qualidade de vida. Florianópolis, por ser uma região metropolitana, estar localizada num litoral com belas paisagens e oferecer uma qualidade de vida melhor que muitas metrópoles brasileiras, acabam despertando a atenção de migrantes de outras cidades e do meio rural. Com isso acaba gerando um crescimento exponencial na população residente de Florianópolis, pois nos últimos 40 anos seu crescimento foi 3,5 vezes sua população (KIRCHNER, 2016, p. 06).

Desta forma, a reflexão, debate e discussão com aprofundamento em um território eclético bipolarizado, com elementos diametralmente opostos de condições materiais e sociais, ocasiona na investigação das dificuldades e/ou estigmas que os moradores percebem/sentem para efetivar sua inclusão social, a visão dos pesquisados sobre residir no MMC, a percepção dos ocupantes do território naquele espaço social denominado MMC entendem sobre a beleza natural da ilha da magia e a qualidade de vida de quem reside em Florianópolis. Ainda assim, sob a perspectiva dos moradores do MMC e a visão dos cidadãos quanto às iniciativas do poder público ou outros organismos são mais efetivas para promover a inclusão social nas favelas desse espaço.

A ausência de habitações e falta de residências com condições adequadas se mantém no cenário nacional. Segundo o IBGE (2020), esse trabalhador tem expressividade nas relações trabalhistas da mão de obra barata. Os países ditos de “terceiro mundo”, subdesenvolvidos e em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil está inserido, possuem significativo número de pessoas com baixa renda e expressiva quantidade de mão de obra barata, explorados pelo mercado. É o que aponta o IBGE:

A estrutura produtiva brasileira, entretanto, carrega também elementos e relações trabalhistas típicas de economias subdesenvolvidas como, por exemplo, o grande número de trabalhadores em Serviços domésticos, 6,3 milhões em 2019 (ou 6,6% dos ocupados), sendo essa uma atividade essencialmente constituída de ocupações desempenhadas

por mulheres (5,8 milhões de mulheres e 502 mil homens). Em situação inversa, a Construção, atividade também caracterizada por baixos rendimentos e alta informalidade, ocupou 6,6 milhões de homens e somente 270 mil mulheres, em 2019 (2020, p. 20).

A ratificação da concepção teórica weberiana vai ao encontro do estigma de que seu valor social decorre da camada social a qual pertence. A demanda do mínimo de estrutura daqueles que ocupam territórios desordenados, no Brasil denominados primeiramente por cortiços, atualmente de favelas e recentemente com a denominação de ambientes vulneráveis como comunidades carentes, reflete na causa da ausência de planejamento nas políticas públicas de conter os déficits habitacionais.

Para Kirchner (2016), as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), conforme adotada em Diadema, São Paulo, pode apontar o caminho para se encaminhar a questão do déficit de moradia. A legislação amparando essas moradias através das denominadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e também chamado de Áreas Especiais de Interesse Social, modificada através da lei 11.977/2009 e recentemente também alterada pela lei 13.465/2017, especificamente no seu artigo 18, parágrafo primeiro, já está estabelecida. Entretanto, mais uma vez cai na hipossuficiência pública, carente de políticas públicas eficazes e real implementação, controle e regularização de residências de pessoas de baixo poder aquisitivo, leia-se favelas, tal como no MMC.

Na verdade, o contexto histórico em que se deu a adoção de “classes perigosas” no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais. Na discussão sobre a repressão à ociosidade, em 1888, a principal dificuldade dos deputados era imaginar como seria possível garantir a organização sem o recurso às políticas de domínio do cativo (CHALHOUB, 2017).

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de outubro de 1988, no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I, incisos XXII e XXIII, garante o direito de propriedade e a sua função social. Entretanto, as forças do individualismo capitalista não alcançaram a implementação efetiva da justiça e equidade social.

No Brasil, as famílias de baixa renda compõem mais de 82% do conjunto das famílias em condições deficitárias pois sua renda é inferior a 3 salários mínimos, fazendo com que uma boa porção da renda seja comprometida pela manutenção da moradia, como mostra o IBGE (2020).

Para compreender a ocupação dos territórios irregulares de Florianópolis, é necessário

o aprofundamento das demandas modernas no país. De outra forma, para analisar a ocupação nos morros de Florianópolis, há de se verificar a percepção dos cidadãos do Maciço do Morro da Cruz sobre a sociedade catarinense, com peculiaridades diversas ou não das favelas cariocas, berço deste inusitado território. O tecido social do espaço denominado Maciço do Morro da Cruz, no “centro” de Florianópolis, nasceu da mesma forma e permanece esgarçado.

Desse modo, a comunidade do Maciço do Morro da Cruz sofre pelas más condições da qualidade de vida tendo como maior intervenção estatal apenas os agentes da Segurança Pública.

Isso faz com que haja um aumento da violência, não no MMC, propriamente dito, mas em toda a cidade de Florianópolis. Os grupos sociais mais vulneráveis serão também, no quadro maior das desigualdades brasileiras e do racismo estrutural, os mais vulneráveis à escolha dos policiais porque eles projetarão preconceitos no exercício da vigilância. O elenco escolhido pela vigilância tenderá a ser parecido com os estereótipos destacados na cultura corporativa. Nos territórios vulneráveis, a tendência será atuar como tropa de ocupação e enfrentar inimigos (SOARES, 2019).

A comunidade do Maciço do Morro da Cruz tem como maior interventor as forças da Segurança Pública, com saneamento básico e demais serviços públicos sendo utilizados clandestinamente. Esse comportamento gera diversos problemas sociais, bem como a cultura da economia informal, “paramilitarismo” e estado paralelo. Os mais afetados são os jovens convivendo com organizações familiares não-nucleares, mergulhadas no trabalho informal além do narcotráfico (DANTAS, 2007).

Grade (2006) aborda outro desafio: o estudo da criação, no final do século XX e início do século XXI, do FORUM do MMC. O experimento da economia solidária e implementação de grupos de trabalho dos moradores das comunidades que ali habitam objetivam a inclusão social e as demandas para melhorar a sua qualidade de vida.

Segundo Souza (2018), na concepção moderna de espaço e do fim social a que a terra se destina, foram criadas normas para a garantia da ocupação dos menos favorecidos. Entretanto, pouco se fez e permanece a carência de planejamento para suprir o déficit habitacional. Outro ponto de grave comoção social é o espaço ocupado por pessoas pobres que sofrem com o preconceito justamente por morarem em favelas, atualmente denominadas comunidades carentes.

O tema é eloquente e afirmativo quando se fala sobre um território ocupado e afirmado tanto pela teoria quanto pelo senso comum. O indivíduo “Zé ninguém”, o que passa como

invisível social em locais insalubres e desprezíveis, teria a mesma percepção daqueles ocupantes socioespaciais do MMC? A noção implícita de “personalidade sensível” vai dividir o mundo social entre aqueles seres com “espírito” e superiores daqueles animalizados e inferiores. Embora não percebamos conscientemente a existência dessa hierarquia moral na vida social, sua eficácia, por outro lado, ou seja, seus efeitos e consequências, são extraordinariamente visíveis.

Sob esta perspectiva, os casamentos e amizades que constroem e amalgamam patrimônio pressupõe a ação dessas hierarquias que constroem verdadeiras linhas divisórias entre os indivíduos e as classes sociais.

Afinal, essa hierarquia moral não se aplica apenas aos vinhos por oposição à cachaça barata, mas a todos os comportamentos e estilos de vida. Como se veste, como se come, como se fala, como se festeja, são todas formas que produzem identificação por um lado e desprezo por outro. É assim que as hierarquias morais invisíveis comandam nosso comportamento e as nossas escolhas para além de qualquer reflexão e consciência.

De início, o domínio da ausência do Estado ensejaria no estado paralelo angariando recursos pelo tráfico ilícito de drogas mantido pelas armas de fogo. Atualmente o próprio estado travestido de operador de segurança pública na qualidade ambidestra, ora policiais, ora “segurança privada, mas na realidade criminosos e milicianos, dominam os espaços públicos e privados” (SOARES, 2019). As favelas, geralmente em locais íngremes e território não reconhecido ou parcialmente reconhecido e gerido pelo poder público, são atrativas e estigmatizadas pelos cidadãos que não pertencem àquele ambiente socioespacial.

Desse modo, basta morar em um local como esses, onde a tradição da informalidade e da legalidade se mescla com o ilícito, que os moradores são estereotipados como criminosos (CECCHETTO et al., 2018b)

O estigma resulta do fato de residir onde a indisponibilidade de recursos enseja em um território com peculiaridades das favelas, onde a mão do Estado não alcança. Abre espaço para homizar criminosos e demanda discussão da violação dos direitos humanos para aqueles que mais precisam de suporte do poder público.

As quase que inesgotáveis fontes para pesquisa deste pressuposto inóspito território merece reflexão e discussões de um lugar descortinado de favela-antro de sabores para favela cultura, esporte onde predomina o futebol com “sotaque” brasileiro e destaque mundial, artístico como a música gênese do samba/pagode/funk, folclore na mandinga da capoeira. A favela-bairro. A favela espaço social, a favela integração com o cenário antropológico, político, com

viés das demandas da segurança pública, tradição familiar, espaço democrático e sedimentação social há mais de um século, de aceitação com reservas. Estudar a favela hoje, é sobretudo combater certo senso comum que já possui longa história e um pensamento acadêmico que apenas reproduz parte das imagens, ideias e práticas correntes que lhe dizem respeito. É, até certo ponto, mapear as etapas de elaboração de uma mitologia urbana.

É também mostrar, por exemplo, que a favela não é o mundo da desordem, que a ideia de carência (“comunidades carentes”), de falta, é insuficiente para atendê-la. É, sobretudo, mostrar que a favela não é periferia, nem está na margem (ZALUAR; ALVITO, 2019).

Ainda assim, o tema transcende fronteiras nacionais. A similaridade entre as reações dos habitantes dos bairros e a dos habitantes do gueto se explicam aqui pelo fato de fazerem parte de populações dominadas, relegadas a territórios penalizados e penalizadores situados no mais baixo nível da estrutura urbana e portadores de um estigma residencial poderoso que se infla e se expande no discurso sobre os “bairros-gueto” do lado francês e na retórica da “underclass” do lado estadunidense (WACQUANT, 2005). Neste ponto, o autor embasa os estigmatizados e moradores dos guetos de ambos os lados do Oceano Atlântico.

No momento atual do Brasil se faz urgente repensar o percurso passado e os rumos futuros do desenvolvimento do país, a contínua reflexão acerca dos elementos indispensáveis para olhar para os territórios. O presente contexto contribui, portanto, para dotar os debates atuais de um maior conteúdo analítico, capaz de identificar as possibilidades abertas a um novo modelo de desenvolvimento, reafirmando o fato de que dinamismo econômico com coesão social e conservação ambiental passa, necessariamente, por um tratamento positivo da dimensão territorial do desenvolvimento, reafirmando, assim, a natureza do planejamento territorial como ciência social aplicada (GALVANESE, 2018).

De outra forma, pesquisar as peculiaridades, percepções, demandas, possíveis estigmas e os reflexos das favelas do MMC, no presente século que já avança, é uma reflexão das semelhanças e diferenças das favelas catarinense e daquelas originárias no Brasil, bem como de suma importância para o desenvolvimento e investigações acadêmicas.

A indagação do que pensa o morador do MMC por residir em espaço “(sub)urbanizado”, cujo sentimento dos que residem no território precário de que todo morador de favela seria um potencial criminoso; e como os ocupantes do morro conceituam a cidade chamada “ilha da magia”, percebendo aqueles que romperam com o estigma do local em que viviam se incluindo socialmente.

A análise da visão dos moradores da comunidade do Maciço do Morro da Cruz sobre

inclusão social e identificação do sentimento quanto às oportunidades e participação no contexto socioespacial, sob a ótica dos pesquisadores e entes públicos forma uma parte, talvez a metade, e não o todo da laranja, assunto tão contemporâneo e com atenção tratada superficialmente pelos gestores públicos.

Os moradores favelados ocupantes de territórios subjugados, conceituados como “comunidades carentes”, submete inócua preocupação do poder público, criando um conceito palatável a um território mascarado na falsa inclusão social, alçando à qualidade de pseudo-bairro.

Os segmentos sociais, tais como ONGs, ambientalistas, gestores públicos, mídia, moradores, encontraram uma nomenclatura para evitar o estigma, evitando o caráter tradicional da ocupação cedida pelo próprio Estado, até que tenha um interesse especulatório, estético ou político. De outra forma, passa a ser um instrumento de argumentação de invasão, para fundamentação expropriatória de expulsão.

A análise daqueles que se assentaram em locais íngremes ou planos, mas ambos considerados segundo o IBGE aglomerados subnormais de no mínimo 50 habitações (VALLADARES, 2017), mas inseridos nos centros urbanos, merece reflexão daquilo que excede a um século de história e adere às rugosidades dos espaços. Percebe-se a segmentação de parte da sociedade contextualizada no mesmo tecido social ao qual pertence.

O caminho que leva a humanidade na ocupação do solo, como função social daqueles que ocupam pretérita na história e precariamente nas condições que lhes consentiram, diverge do conceito da moradia como causa e efeito do desenvolvimento urbanístico, social, político, econômico e ambiental.

A sociedade fragmentada por estratos sociais de camadas de cidadanias obtusas, criam passo que antagonizam para que oportunizem a elaboração de políticas públicas mais adequadas e condizentes à realidade desses espaços. Estudos de contextos sociais dinâmicos permitem ações mais efetivas nas diferentes esferas de atuação do Estado envolvidas com a dita comunidade.

O cenário onde os moradores do Maciço do Morro da Cruz estão assentados, conforme antes mencionado, apresenta uma paisagem de vista para o mar, do alto de morros com ascendência à área central de Florianópolis, próximo ao comércio local, facilitando o deslocamento no centro urbano. Nesse mesmo local, uma parte é extremamente valorizada, com toda a estrutura que um cidadão precisa para habitação com saneamento, acesso, deslocamento, infraestrutura, logística e demais requisitos para uma vida digna e saudável.

Esta “antítese” habitacional salta aos olhos daqueles que transitam em uma mesma delimitação socioespacial.

O sentimento dos moradores do lado das favelas, deve ser percebido com uma predisposição do pensamento na visão de sua inclusão social, ou não, de suas escolhas, percepções e necessidades não impostas mas perquiridas. A pesquisa qualitativa atende questões bastante específicas no aprofundamento destes sentimentos. Para Minayo (2011, p. 21), no cenário das ciências sociais a pesquisa atende de forma essencialmente qualitativa.

Com ausência de aproximação da realidade cotidiana das pessoas que ocupam um espaço convivendo e vivendo em um mesmo ambiente, foge ao sentimento se aplicados apenas por números e escapam quando somente apreciada na pesquisa quantitativa. É o que diz Minayo:

[...] com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como arte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (2011, p. 21).

Os instrumentos e sistemas a que pertencem o referido grupo de pessoas que residiam ou residem no contexto social do MMC, as questões pertinentes para identificar a visão dos moradores do Maciço do Morro da Cruz e sua inclusão ou exclusão social, admitem questões estruturais no sistema das inserções e das relevâncias de quem habita o território, se estigmatizado ou não, similar ou antagônico, com as demais regiões fragmentadas pelo ambiente desordenado socioespacial.

De outra forma, a forma simples da ratificação ou não do senso comum, através do argumento mais simples ao mais complexo, abre-se à forma mais democrática e transparente, como premissa ou não para fundamentar e justificar os resultados, garantindo ou refutando aquilo que é sustentado (BAUER; GASKELL, 2018, p. 220).

Outra ideia que não foge ao recorte do ambiente socioespacial do MMC, reflete na formação do indivíduo no território que ocupa. É a “consequência” do encarceramento como solução da neutralização da violência das classes baixas. Do território desordenado e ambiente de pobreza para o território *intra murus*. Na cadeia, ou seja, estabelecimento prisional, a pessoa sofre o mesmo estigma e a sina da marginalidade da exclusão social junto de seus

pares dentro do próprio território que ocupa.

Neste sentido, afirma Souza que “Além da provação material, a ausência de visitas já demarca um grau de abandono necessário para que, naquele contexto, essa cara seja o bode expiatório dos demais presos na tentativa de ‘empurrar’ o estigma do rebaixamento social” (SOUZA, 2018, p. 241).

O *habitus* do cidadão na convivência em locais considerados sub-normais, como destino da negativa de possibilidade da ascensão social o acaso resultante como práxis das camadas sociais que habitam as favelas. O fenômeno socioespacial desses lugares dá azo ao estigma de inferioridade e da dependência, resultando no populismo oportunista com o discurso do assistencialismo (VALLADARES, 2017).

Essa problemática e desafio mundial têm levado a discussões e estudos para dirimir a ausência de moradias e qualidade de vida igualitária mínima necessária em geral. No MMC, há uma peculiaridade semelhante ao surgimento das favelas no Rio de Janeiro. Ambos foram inicialmente ocupados pela anuência e estímulo pelo próprio poder público. Agora taxados de invasores, resultam na decisão simplista apoiado pela mídia de expulsão dos moradores que residem sem planejamento territorial, de infraestrutura ou de moradias decentes com objetivo de especulação privada e minimização de políticas públicas através da redução de “gastos” do estado e facilitação para auferir lucro em conluio com a iniciativa privada.

Mais uma vez este entendimento da presença do estigma é ratificado por Rolnik:

Em alguns países, se deu por venda de estoque público de habitação social para seus então moradores, de forma a aumentar a propriedade privada de moradia e, ao mesmo tempo, reduzir gastos estatais. Esse processo de privatização foi também pela crescente estigmatização e reduzialização da habitação pública, que passa a ser identificada com pobreza e marginalidade (ROLNIK, 2019, p. 37).

A situação de especulação do mercado e do estado é marcante, perene e transcendente. Atinge não somente os países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como também os demais conceituados como desenvolvidos. Os Estados Unidos da América, segundo Rolnik, seguem como exemplo:

O programa de moradia pública, que chegou a um estoque de quase 1,4 milhão de unidades no final dos anos 1970, foi implementado pelo governo federal com o objetivo de prover moradia decente e segura para aluguel a famílias de baixa renda, idosos e pessoas com deficiência. Contudo, ao longo dos anos, o modelo de *house projects* foi sendo cada

vez mais questionado, já que eles tornaram-se cada vez mais estigmatizados como locus de concentração de extrema pobreza, crime e marginalização social (ROLNIK, 2019, p. 59/60).

No Brasil a moradia pública teve destaque no projeto Minha Casa Minha vida, lançado em 2009. Atualmente sob outra nomenclatura, ocupado por aqueles que não recolhem tributos (IPTU), também é causa de desinteresse no planejamento territorial. Entender a crise urbana, o déficit habitacional para as pessoas com poucos recursos financeiros e a especulação imobiliária com a exploração do espaço urbano cria a área urbana como produto de troca.

A cidade é a mercadoria, produto das relações de produção e o motor central de um grande negócio. Cria o analfabetismo urbano, ou seja, desconhecemos quem manda na cidade e para onde vão os recursos dos fundos públicos (MARICTO, 2015).

Com o surgimento do Estatuto das Cidades, Lei. 10.257/2001 (Brasil, 2001), surge uma nova tentativa de reorganizar a complexa e individualizada urbanização nacional, com fulcro em desenvolver, normatizar e estabelecer medidas e diretrizes das cidades brasileiras. A constituição de 05 de outubro de 1988, já iria sedimentar a função social da terra e abrir caminho às políticas dos espaços socioambientais (Brasil, 1988).

Desse modo, não há de se esperar o direito à cidade, o reconhecimento à função social da propriedade, logo, da cidade, bem como o planejamento territorial urbano por iniciativa de políticas públicas.

A facilitação de aquisição de imóveis não supre a crise urbana e atende a apenas uma das camadas sociais. A favela permanece como força formal do trabalho à industrialização. Com o advento das cidades ditas globais e da tecnologia, é segmentada por um “nicho” social. A mão de obra barata nos centros urbanos, a proximidade do local de trabalho e a irregularidade das posses nesses territórios estigmatizados causam a forma barata de habitação.

Entretanto, a ausência de estética, o pífio planejamento do Estado, a proximidade de locais privilegiados faz com que o mercado imobiliário e a construção econômica ideológica capitalista, apoiado pela mídia, transformem em objeto de expropriação e expulsão daqueles desassistidos. No país, a nem reforma urbana e nem a reforma rural prosperaram.

A ausência de planejamento urbano no lugar ocupado por aqueles que não recolhem tributos (IPTU) também é causa de desinteresse no planejamento territorial. No mais, ainda assim, esse poder muitas vezes é exercido como meio pelo uso da segurança pública para

satisfazer interesses de coerção pela destituição do direito à moradia. Segundo entende Maricato (2015), a disputa pelo espaço não se dá por instituições formais, mas por lutas sociais.

CAPÍTULO II

DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL DE LOCAIS VULNERÁVEIS E O DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL DO MACIÇO DO MORRO DACRUZ

Este capítulo tratará de apresentar um quadro da situação do Maciço do Morro da Cruz tendo em vista a abordagem empírica do objeto de pesquisa.

O desenvolvimento socioespacial do Maciço do Morro da Cruz, tal como as demais favelas do país, se deu de forma distinta dos demais locais da cidade de Florianópolis. A presença de diversas comunidades no maciço abrangendo vasto território dentro da cidade em sua área central e demais bairros, remete à mesma morfologia da maioria das favelas nacionais: morros, locais íngremes, acesso precário, com energia elétrica insuficiente ou irregular, habitações amontoadas, pavimentação deficiente, recolhimento de lixo por vezes inexistente e muitas vezes, a necessidade de ajuste em saneamento básico como água, esgoto, acesso à rede de tecnologia e demais necessidades básicas para uma habitação digna.

Sob esta ótica, mudar a conceituação de comunidades carentes, vulneráveis e favelas-bairros não muda a condição social, econômica ou política. Também não cria, num “passe de mágica”, sua inclusão social. Dispositivos normativos constitucionais e infralegais, não alteram a estrutura sistemática do estigma enraizado das divergências e diferenças ontológicas dos estratos sociais.

Além disso percebe-se, no mesmo ambiente, obviamente em alguns espaços menores, casas suntuosas e com toda a estrutura acima mencionada. Qual a diferença da presença do Estado no mesmo território? Qual a semelhança do mesmo local?

Não há que se apontar um “culpado” para o desenvolvimento, ou não, no mesmo território. Por sua vez, a gestão pública difere do planejamento territorial, o primeiro é cotidiano, corrente e premente, outro futuro, estratégico, mas ambos com uma demanda de melhoria de qualidade vida para todos.

O Estado, na representatividade do gestor, não há de agir com um olhar unilateral. Como a conceituação de representação aponta, ele é o espelho da sociedade em todos os momentos, inclusive nas decisões, fruto da sociedade na qual está inserido. Sob a lente epistemológica da sociologia e da antropologia, a desigualdade entre os diferentes grupos sociais presentes no recorte analisado não é natural senão construída. Este enfoque possui

importância crucial tendo em vista a percepção de inclusão ou exclusão social dos indivíduos frente aos objetivos nacionais estabelecidos pelo Estado democrático de direito.

2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DOS MORADORES QUE OCUPAM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

O Maciço do Morro da Cruz está localizado na região central da denominada Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, cujos detalhes geográficos serão apresentados posteriormente. Possui uma condição *sui generis* de ocupação, com discrepâncias de segmentos sociais de diferentes níveis socioeconômicos. No que tange ao espaço ocupado por vulneráveis, apresenta afinidades e divergências históricas e socioespaciais como nos demais espaços equivalentes no Brasil e no mundo.

Verifica-se a exclusão social das pessoas que ocupam, por um lado, o espaço desordenado, enquanto na mesma localidade outras convivem com ordenamento territorial e os benefícios, arcabouço que o Estado concede e mantém. Observa-se, na mesma região, o convívio no território de moradores em nível de pobreza e, de outra parte, com poder aquisitivo maior, de abissal desigualdade social e infraestrutura divergente. Dessa forma, o Estado age de forma desigual aos iguais, ao desinteresse por aqueles que não recolhem tributos, somado à especulação imobiliária, ou seja, o mercado e as instituições que implementam ou deveriam implementar recursos satisfatórios, com equidade e com planejamento territorial adequado.

Na história da sociedade a disputa pelo poder é originária da espécie humana. Do desenvolvimento social do nomadismo à fixação na terra, estabelecem a lide suserano *versus* vassalo, configurando dicotomia entre dominante e dominado, ao surgimento medieval das realezas, nobres, burgueses e plebeus (HARARI, 2020).

Ou seja, a história se repete. O que prescinde de atenção no recorte deste trabalho de pesquisa, é a partir do século XIX até os dias de hoje, com fenômenos que incidiram no Brasil colônia e reverberam em temáticas atuais, com reflexos nas classes baixas, objeto de estudo.

A colonização extrativista-demarcatória-escravocrata, com escopo exploratório, de expansão mercantilista pelas naus europeias, ensejou na ocupação do território catarinense, principalmente por degredados, explicitado pelo historiador Bueno (1998) e minuciosamente apresentado em Santos (2009). Entretanto na Revolução Industrial na segunda metade do século XIX, a necessidade de mão obra barata, ocupação próxima ao trabalho, ausência de direitos trabalhistas, subsistência dos ex-escravos e atuais libertos, Fernandes (2008) imputa de

meridiana clareza a ausência de planejamento e investimento do Estado aos libertos. A chibata, posteriormente, é trocada pelo salário mínimo imposto no século XX com os até então módicos investimentos e distribuição desigual de trabalho e renda.

A dicotomia abordada na teoria abordada por Karl Marx entre capitalistas e proletários, a mais valia na exploração do trabalho e a sedimentação de estratos sociais (SELL, 2020), ocasionando a manutenção da ruptura do equilíbrio e equidade alavancada pela desestrutura e litígio a fórceps pelo poder, seja este econômico, bélico ou político traz consequências estigmatizantes.

Goffmann (1982) fundamenta na teoria do valor daqueles que de alguma forma são preteridos pela raça, cor de pele, moradia, deficiência física criando estigmas de ordem social ou individual. Concepção de classes tem como conceito basilar o surgimento do capitalismo fundada na teoria revolucionária de Karl Marx no século XIX.

Contemporânea nos tempos hodiernos, traz à baila a exploração do trabalho e a distinção de classes, pela supremacia dos que definem a dicotomia de classes, é claro: o proletariado surge como classe antagônica da burguesia. A construção da classe operária surge em decorrência da constante e crescente exploração por parte da burguesia de uma massa de pessoas que, aos poucos, vai tomando a forma de uma classe.

O proletariado, então, se contrapõe na medida em que passa a possuir interesses de classe opostos aos da burguesia. Na perspectiva de Marx, é esse enfrentamento de interesses que acaba fazendo com que vários trabalhadores formem uma verdadeira classe social, unida na luta teórica e prática contra os interesses de uma burguesia que os explora:

A estigmatização daqueles que em maus antecedentes morais pode, nitidamente, funcionar como um meio de controle social formal; a estigmatização de membros de certos grupos raciais, religiosos ou étnicos tem funcionado, aparentemente, como um meio de afastar essas minorias de diversas vias de competição; e a desvalorização daqueles que têm desfigurações físicas pode, talvez, ser interpretada como uma contribuição à necessidade de escolha do par (GOFFMANN, 1982, p. 150).

O tema circunda a história da humanidade de forma reiterada. A linha do tempo da ocupação do MMC do século XIX, perpassa pelo século XX, vindo ao movimento histórico contemporâneo. Temas que inflingem o questionamento, debate e reflexão, não tão longe dos nossos olhos e, mais ainda, na região central da capital catarinense, no Maciço do Morro da

Cruz.

A fundação de Florianópolis, batizada de Nossa Senhora do Desterro, ocorreu no século XVII, com objetivo da expansão portuguesa pelos limites do tratado de Tordesilhas, como entreposto para a Colônia do Sacramento, bacia do Prata.

A ocupação com finalidade de proteção por meio da construção de fortes, onde se incentivou a ocupação maciça com forte intervenção administrativa (ADAMS, 2002).

A abordagem do território estigmatizado, inóspito pelo senso comum, voltado à realidade brasileira, catarinense e mais especificamente Florianópolis, convivendo no espaço social tendo como ambiente aquele que em tese estaria sob a cobertura do estado e que na realidade permaneceria sedimentada sob a parte esgarçada desse tecido social, apresenta a demanda pela observação do viés social e antropológico.

Urge o aprofundamento da temática, envolvendo questões socioespaciais em territórios de vulnerabilidade social, iniciando no contexto histórico, partindo com método dedutivo, tratando do sistema universal até as especificidades locais, especialmente nas favelas do Maciço do Morro da Cruz, localizadas na área central da cidade de Florianópolis.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MMC – FLORIANÓPOLIS

O tópico que segue abrangerá uma breve explanação sobre o MMC e Florianópolis, a “Ilha da Magia”, o contexto no qual a pesquisa se desenvolverá e a adequação do tema ao ambiente.

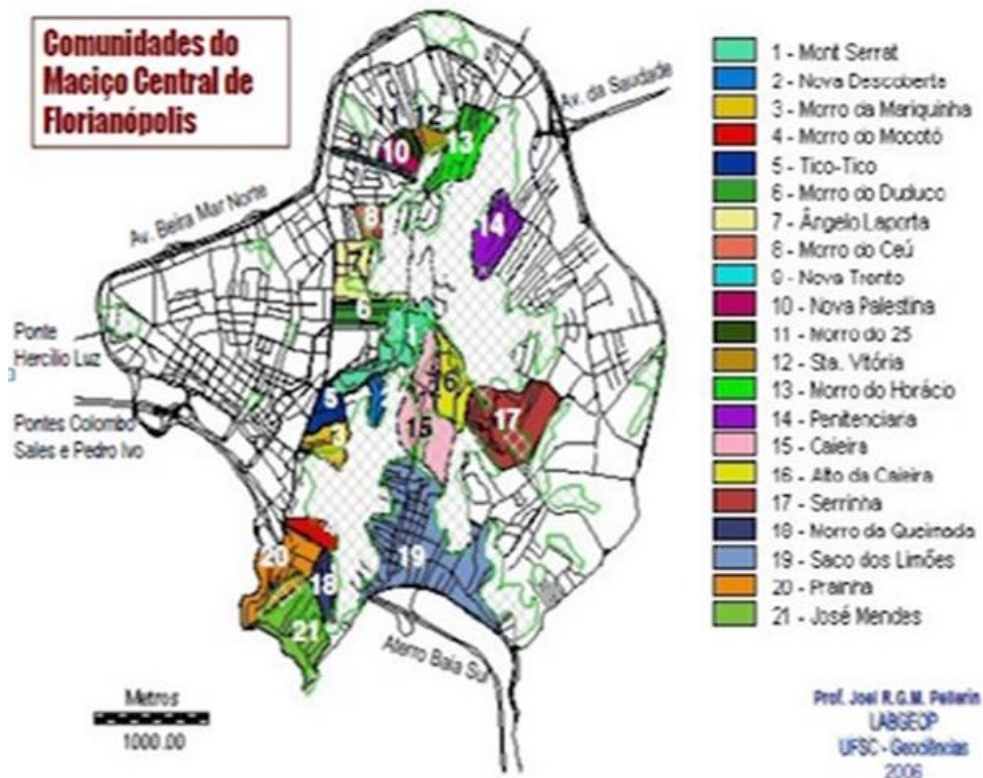
2.2.1 O Maciço do Morro da Cruz

De acordo com o portal virtual da Prefeitura de Florianópolis, o MMC é composto por área total de 2.151.000 m² com área ocupada de 657.000 m², área de Parque de 1.494.000 m², com estimativa de população de 22.566 habitantes e cerca de 5.677 famílias.

Possui um projeto em andamento para beneficiar 21 comunidades. O objetivo do referido projeto seria melhorar as condições de vida dos moradores a partir de investimentos em infraestrutura e serviços sociais (PMF, 2021).

Universo da pesquisa e recorte do objeto é o Maciço e suas comunidades, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Comunidade do Maciço Central de Florianópolis



Fonte: UFSC/LAAm (2021).

2.2.2 Florianópolis

Com a industrialização brasileira no final do século XIX e durante o século XX houve o incremento da concentração urbana, principalmente em virtude da demanda de mão obra barata, ocasionando a aglomeração desordenada em centros urbanos, ocupando áreas irregulares, precárias, próximas aos grandes centros ou em periferias, dependendo da disponibilidade do comprometimento da renda versus o desinteresse especulativo imobiliário.

Oriundos de outras regiões com elevados níveis de pobreza, tal como o Nordeste, procurando um lugar no mercado de trabalho e melhores condições de vida, migraram principalmente para o sudeste e sul do país.

O resultado desse processo de dinâmica migratória, não só de outras regiões, mas da mesma unidade federativa, também o fluxo rural teve preponderância na concentração de novos moradores, com objetivo de uma nova oportunidade na cidade, gerando expectativa na melhora da qualidade de vida, estrutura habitacional e desejo de consumo, ensejando na formação de

locais de alta concentração de moradores de baixa ou nenhuma renda, infraestrutura e níveis socioeconômicos abaixo ou na linha de pobreza.

Ainda assim, território com a ausência do estado, a violência ou local de criminosos homiziados também se fez presente, assumindo, às vezes, liderança local. Esses territórios, primeiramente, eram denominados cortiços. Após interesse estético de especulação imobiliária e do Estado no recolhimento de tributos, os moradores foram compelidos a ocupar os morros das cidades, conceituados de favelas.

Esse fato marcante no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, segundo Chalhoub (2017), por meio de mecanismos políticos, sociais e culturais permitia aos governantes, alegando a gestão técnica, ocultar e/ou dissimular o sentido classista de suas decisões políticas. Era imputada aos moradores pobres, moradores dos cortiços, a responsabilidade pela propagação da doença conhecida como febre amarela, em 1800, e cólera, em 1850. Por desafiarem as políticas de controle social do meio urbano eram condenados duplamente como classes perigosas.

Segundo o referido autor, o conceito de classes perigosas teria surgido na segunda metade do século XIX em um estudo sobre criminalidade, trazido pela escritora inglesa Mary Carpenter, na narrativa da infância culpada. Nesse contexto, no Brasil, criou-se a “teoria” da suspeição generalizada, principalmente aos pobres e especificamente aos negros.

Nesse contexto é apontada a classe baixa com responsável pela proliferação de doenças como febre amarela, como escopo à justificativa das classes dominantes. Conforme aponta Chalhoub (2017), “História construída no entrelaçamento de muitas histórias, a da febre amarela convergiu sistematicamente para a história das transformações nas políticas de dominação e nas ideologias raciais no Brasil do século XIX” (p. 08).

A semelhança do fenômeno de ocupação dos morros cariocas se dá da mesma forma dos morros da capital catarinense. Os nativos, escravos, libertos e demais pessoas de baixa renda, foram os estigmatizados “convidados”, expropriados ou como única forma de residirem nesses locais. Até então, a ocupação desse solo se dava economicamente com o intuito de afastá-los da vista dos moradores de melhores condições econômico-financeiras, ora ocupantes da parte central da cidade.

A divergência do início desse deslocamento urbano era que no Rio de Janeiro, em 1897, com auxílio das Instituições, principalmente das forças públicas, lhes permitiram que fossem levadas as madeiras dos cortiços para ocuparem o Morro, hoje da Providência e até pouco tempo conhecido como Morro da favela, no centro da capital carioca. A gênese do cortiço

que compunha uma cabeça de porco de ferro no portão de sua entrada, fez com que hoje os locais, geralmente pequenas edificações do Rio de Janeiro, sejam chamados pejorativamente de “cabeças de porco”.

O recente relatório da Fundação João Pinheiro sobre o déficit habitacional nacional menciona o conceito pelo próprio IBGE, dessa habitação coletiva, desestruturada e precária, símbolo das habitações de pessoas de baixa renda, tal como as favelas, ora cabeça de porco:

Normalmente, as famílias residentes em cômodos (exceto os cedidos por empregador) são somadas ao déficit habitacional. Considera-se que esse tipo de moradia indica uma situação de coabitação na medida em que os domicílios são distintos. Nesse sentido, e de acordo com a própria definição do IBGE, os cômodos são domicílios particulares, compostos por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça-de-porco (FJP, 2021, p. 26).

Em Florianópolis, o mesmo interesse imobiliário, político e estético arquitetônico da cidade, causava um empecilho para essas forças políticas e econômicas. Desse modo, por Florianópolis ter tido uma ocupação vinda das naus europeias, principalmente portuguesas e pela atividade artesanal pesqueira, foram “ofertadas” ocupações nos morros do Maciço da área central da Ilha de Santa Catarina, utilizando as madeiras dos barcos imprestáveis.

As construções precárias foram se expandindo em ambos os casos, de forma irregular, desestruturadas, porém próximas aos grandes centros. No Rio de Janeiro, os canudos foram atores sociais oriundos da referida batalha, como promessa de local para morar.

Entretanto, o limite da capacidade de ocupação desses locais e a disputa de espaço desses lugares criou outro problema, surgindo as moradias na periferia, o que conceituou na dicotomia dos lugares, denominada pelo senso comum carioca de zona sul e zona norte, surgindo o que o jornalista Zuenir Ventura chamou de cidade partida (VENTURA, 1994).

Na capital catarinense ocorreu a ocupação das pessoas de baixa renda no centro urbano ainda na fase de colonização e poucos moradores, onde os estratos sociais ocupavam o mesmo espaço. Após conflitos de interesses políticos e econômicos, as classes sociais mais baixas foram alojadas nos morros próximos.

Com a expansão e aumento populacional e mais uma vez, interesses das classes dominantes, ocorre o surgimento de outras pequenas cidades limítrofes, reconhecido até para efeito geopolítico, estatístico e no senso comum, de “Grande Florianópolis”. Os moradores desses lugares, chamados favelados, foram denominados nos mesmos moldes históricos de

ocupação do Rio de Janeiro e até reconhecidos oficialmente, como exposto a seguir.

Em ambas as unidades federativas e demais estados brasileiros o conceito de favela se solidificou quando esses locais pobres, irregulares, desestruturados e desorganizados foram incorporados à paisagem. O conceito político de favela, na esfera administrativa, se deu pela primeira vez pela prefeitura do Rio de Janeiro, no Código de Obras de 1937:

O Código de Obras de 1937 introduz em seu capítulo XV: “Extinção das Habitações Anti-Higiênicas”, uma parte intitulada “Favelas” da qual podemos citar em especial o artigo 349. A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida (VALLADARES, 2017, p.52).

Análise da ocupação irregular ou não de pobres no Brasil, se comporta de acordo com o contexto histórico, os interesses políticos, econômicos e sociais. A mudança de nome se dá no final da última década do século XX, com a demanda do senso comum da “cultura politicamente correta”, a inclusão social e o reconhecimento da favela-bairro, palavras de ordem de interesse de ONGs, e outros órgãos, instituições ou outros segmentos sociais.

Com a palavra de ordem em favor das “minorias”, que de minoria não tem nada, que são a grande maioria de brasileiros, com discursos populistas, às vezes extremos, confundindo preceitos democráticos com libertinagem apócrifa, transparência equivocada com invasão dos preceitos individuais, sob o manto do discurso espúrio de limitação de direitos humanos com a verdadeira dignidade humana, foram (re)conceituadas as favelas como “locais vulneráveis” e “comunidades carentes”.

A mídia, por sua vez, atuando muitas vezes como instrumento das classes dominantes em favor dos poderes constituídos ou não, assinam pautas dos territórios ocupados por pobres, estigmatizados pela condição socioespacial de cunho capitalista e atualmente denominada neoliberal, cunham esses lugares como terra de ninguém, violenta e ambiente ocupado por invasores, desconhecendo ou ignorando a história nacional. Serve como exemplo a matéria veiculada em 22/08/2020: “Invasão define o caos urbano na região central de Florianópolis” (ROCHA, 2020).

É neste contexto, portanto, que se dá a abordagem dos moradores do Maciço do Morro da Cruz em busca de se captar sua visão em relação ao processo de inclusão social no contexto

da cidade de Florianópolis.

CAPÍTULO III

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se neste capítulo de expor a metodologia, os dados coletados, a análise, interpretação e conclusões acerca da abordagem aos moradores do Maciço do Morro da Cruz e sua visão acerca da inclusão social na cidade de Florianópolis.

O estudo se caracteriza como descritivo, com abordagem qualitativa. Além da revisão bibliográfica envolvendo livros, teses, dissertações, artigos em revistas e portais digitais, também foi empregada a pesquisa bibliográfica como forma de recolher dados acerca do objeto empírico da pesquisa. O levantamento bibliográfico focou a produção de autores nacionais e internacionais sobre a temática, conforme inicialmente proposto. A proposta do método de pesquisa destina-se a apresentar uma sequência de passos de tal forma que, obedecidos, resultam no objetivo proposto (WAZLAWICK, 2008).

Portanto a relação das técnicas aplicadas a esta pesquisa segue os da metodologia qualitativa baseada na observação direta da realidade e na realização de entrevistas semi-estruturadas com uma amostra escolhida de acordo com a conveniência da realidade sensível dos participantes. O conhecimento científico não é constituído de informações lapidadas (prontas e finalizadas), o que permite que seja analisado de diferentes formas por um número variável de pessoas. Deste modo, aplicando-se entrevistas semi-estruturadas, foram apresentadas aos participantes as perguntas necessárias para entender a percepção dos moradores escolhidos dentre a população do Maciço do Morro da Cruz.

Para o desenvolvimento de uma pesquisa científica é preciso aprender sobre o espírito científico: mente crítica para julgar, discernir, distinguir e analisar; consciência objetiva para romper com posições subjetivas, pessoais e mal fundadas; e, objetividade para tornar a pesquisa impessoal, afastando na medida do possível a pessoa do pesquisador ou seus prévios juízos de valor. Esse espírito traduz o envolvimento sugerido ao pesquisador junto à sua pesquisa (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, começando pelo seu delineamento e seguindo as etapas que contemplam a abordagem qualitativa e a sua complementação quantitativa.

A presente proposta de pesquisa, em função de seu objetivo – Analisar a percepção de moradores da comunidade do Maciço do Morro da Cruz sobre inclusão social e identificar o

sentimento quanto às oportunidades e participação no contexto socioespacial –se caracteriza como uma pesquisa de natureza aplicada, de abordagem qualitativa, do tipo exploratório e baseado em pesquisa empírica.

Segundo Silva et al. (2014), a abordagem qualitativa é orientada para objetos de conhecimento pouco estudados ou com grau de complexidade. Sampiere et al. (2006), corroboram e acrescentam que a utilização de estudos qualitativos implica em desvendar uma realidade construída por intermédio dos indivíduos e motivada por um fenômeno social, relatada por meio do uso de uma linguagem natural.

Sob essa perspectiva, relacionando-se este enfoque ao objetivo do presente trabalho – Analisar a percepção de moradores da comunidade do Maciço do Morro da Cruz sobre inclusão social e identificar seu sentimento quanto às oportunidades e participação no contexto socioespacial. Desenvolvidos os procedimentos pode-se concluir que a abordagem qualitativa é adequada para a presente pesquisa. O tipo exploratório, por sua vez, na perspectiva de Sampiere et al. (2013), busca examinar um tema com variáveis pouco comuns e sobre o qual se tem muitas dúvidas, adequados em situação de escassez de estudos referentes à temática e ao objeto da pesquisa. A utilização de dados de fontes secundárias foi adotada a partir de livros, teses, dissertações, artigos, revistas e portais digitais. A partir do exposto, no intuito de facilitar o entendimento dos procedimentos metodológicos pretendidos, apresenta-se a seguir, a referida abordagem utilizada.

3.1 SUJEITOS DA PESQUISA – ENTREVISTADOS

Nesta seção apresenta-se a estrutura da abordagem qualitativa, utilizada por meio de entrevista semi-estruturada junto aos moradores do MMC.

A escolha dos sujeitos da pesquisa, para esta etapa, foi realizada por conveniência, por duas razões: a dificuldade de acesso e segurança do local além da coleta de dados ter sido realizada durante o período de quarentena em virtude da pandemia de Covid19. O número total da amostra foi de oito entrevistados. Em geral os estudos de natureza qualitativa onde a técnica de entrevista é aplicada, são considerados tecnicamente adequados de 4 a 10 indivíduos como objeto da amostra. Desta forma, percebe-se como coerente essa técnica de coleta de dados para a abordagem qualitativa desenvolvida.

3.1.1 Análise de conteúdo

Para a análise dos dados da coleta formal, foi considerada a técnica de análise de conteúdo, utilizando-se a técnica desenvolvida por Bardin (2014). Essa técnica é constituída por três importantes fases. Inicia-se pela pré-análise, seguindo pela exploração do material e finalizando por meio do tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na primeira fase o material é organizado de forma a sistematizar as ideias iniciais. Inclui a leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e dos objetivos e elaboração de indicadores. A técnica utilizada para o levantamento de dados foi a entrevista individual semi-estruturada. Esta forma de entrevista tem por objetivo aprofundar estudos específicos sobre a realidade, além de nortear o caminho na abordagem do participante da pesquisa em questão.

Conforme Godoy (1995), as questões abertas e de baixa estruturação direcionam a um nível mínimo de homogeneização da coleta dos dados entre os sujeitos. Richardson (2011) contribui e afirma que a técnica de entrevista semiestruturada é conveniente quando o foco principal do pesquisador é conhecer determinado evento a partir da realidade do entrevistado.

Para a coleta de dados desta etapa, realizou-se um roteiro de perguntas, aplicado junto aos moradores do MMC. Conforme Triviños (1987), esta técnica é a ferramenta utilizada pelo entrevistador, de maneira informal, empregando um diálogo junto aos entrevistados com as perguntas pré-definidas, que devem ter como base o conhecimento tácito e teórico do pesquisador.

A fim de nortear esse levantamento, definiu-se o roteiro de perguntas, considerando alguns aspectos com base no objetivo proposto. Foram realizadas e transcritas as 08 entrevistas gravadas com cada um dos moradores que foram escolhidos por conveniência. Com base no relato obtido, buscou-se destacar os principais aspectos que caracterizaram a inclusão social e o estilo de vida quanto à percepção de morar em Florianópolis, a “Ilha da Magia” frente ao estigma e preconceito percebido no seu cotidiano, objetivando-se evidenciar quais os fatores associados a este comportamento.

As perguntas em formato aberto buscam facilitar a continuidade nos relatos, ou seja, com o mínimo de interrupção, com a finalidade de fornecer informações pertinentes ao objeto da presente pesquisa (MINAYO, 1993).

Para a realização desta pesquisa à luz da literatura encontrada e com base nos objetivos propostos foi utilizada a técnica de análise de conteúdo para o tratamento das informações

coletadas nas entrevistas realizadas com os moradores do MMC.

A utilização da análise de conteúdo é composta por um protocolo de três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise é organizada a leitura inicial de materiais disponíveis na literatura que foram selecionados para análise. A escolha do material se dá pelo referencial teórico ou pela pergunta de pesquisa formulada (GODOY, 1995).

Já na segunda fase, a exploração do material possibilita riqueza e robustez ao trabalho, possibilitando assim interpretações e inferências. Nesta fase, conforme Bardin (2014), são definidas as categorias (categorização e contagem frequencial) e descrição dos materiais textuais coletados. Por fim, na terceira fase, ocorre o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, onde é necessária análise crítica e reflexiva (BARDIN, 2014).

As técnicas de análise de conteúdo a serem utilizadas são a categorização e a enunciação. A análise categorial é estruturada a partir dos dados coletados na entrevista, no qual se estabelecerão categorias de análise representantes da frequência, a partir dos aspectos que contenham similaridade entre as entrevistas.

Ocorre a classificação de elementos por diferenciação e seguidamente, por agrupamento por analogia, segundo critérios definidos previamente (BARDIN, 2014). A autora define a análise de conteúdo com um conjunto de técnicas de análise das comunicações capaz de obter conhecimentos relativos ao tema pesquisado pela descrição do conteúdo das mensagens, sejam elas indicadores quantitativos ou não. Conclui-se assim que a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras dos entrevistados. Sobre elas o pesquisador se debruça a fim de compreender criticamente o conteúdo analisado por suas significações explícitas ou ocultas.

Quanto à unidade de análise, para a presente pesquisa optou-se como unidade de análise o tema – que pode ser um conjunto de palavras ou um parágrafo. Segundo Luna (2002), o tema é a unidade de registro em análise de conteúdo considerada indispensável em estudos de valores, crenças, atitudes e opiniões.

Após definida a unidade de análise, foram definidas as categorias de análise, que podem ser seguidos: categorias criadas a priori, determinadas pelo pesquisador de forma antecipada com base em estudos ou teorias aderentes à temática. Nesta modalidade consideram-se as falas dos entrevistados como indicadores que se encaixem nas categorias criadas. Categorias definidas não a priori são as categorias que vão sendo criadas à medida que surgem nas respostas dos entrevistados para depois serem interpretadas à luz do material encontrado na

literatura e utilizado no processamento dos dados.

Diante disso, resgatam-se os passos de análise da abordagem qualitativa, adotados nesta pesquisa: 1) Revisão da literatura; 2) Definição dos entrevistados; 3) Entrevista – aplicação da entrevista; 4) Leitura flutuante; 5) Definição das categorias a priori – técnica de categorização; 6) Protocolo das entrevistas; 7) Definição das categorias não a priori – técnica de enunciação.

Passo 1 – Revisão da literatura

A coleta foi realizada junto à base de dados, a partir da seleção de artigos e estudos conceituados no contexto ao qual se propõem a presente pesquisa. A literatura sobre o tema pode ser agrupada em diferentes eixos temáticos.

A bibliografia no contexto histórico e estrutural com recorte no fim do século XIX, XX e dias de hoje investigados pelo historiador Bueno (1998) e recentemente por Harari (2020). No recorte de colonização em Santa Catarina, em Santos (2009), em que a ocupação tem relevante e primordial ocupação vindo do mar e assentados nos morros da capital catarinense.

A ocupação originária de exploradores mercantilistas europeus, nativos tupi-guarani, escravos e degredados, Santa Catarina e especificamente Florianópolis, inicialmente deixada de ser região de cunho extrativista, logística da Prata assentada por Dias Velho, batizada de Desterro, não foge ao interesse capitalista, mas ainda não industrial, já no século XVII.

A revisão temática envolve questões socioespaciais em territórios de vulnerabilidade social, especialmente nas favelas localizadas na área central da cidade de Florianópolis. Tema pulsante e contemporâneo, que não se esgota no novo século e longe de dirimir os conflitos sociais, principalmente em territórios desordenados.

Soares (2019), na percepção da violência urbana, Valladares (2017), na origem das favelas e suas concepções conforme o recorte temporal que o poder público age conforme seus interesses políticos, econômicos e sociais. Ao estigma pesquisado por Cecchetto (2018), depreende que basta estar do lado ou morar em uma favela para ser “taxado” como envolvido com o crime. Zaluar e Alvito (2019), na ordem cronológica dos pobres e moradores das favelas.

O transparente social, ou seja, a ralé brasileira daqueles que circundam e residem em territórios cariocas irregulares. Wacquant (2005) esclarece que não é um problema local, mas dos dois lados do atlântico, seja estadunidense ou europeu, ambos condenados na cidade –

outra semelhança daquela época com os dias de hoje, se dá com o interesse do Estado e do mercado na especulação imobiliária e estética (ADAMS, 2002).

Os moradores de baixa renda foram expulsos e enviados aos espaços cedidos, ora Morro da Providência, no Rio de Janeiro. Da mesma forma os pobres de Florianópolis foram expulsos do valorizado centro da cidade e enviados, ou como única opção, ocupantes no Maciço do Morro da Cruz. Rolnik (2019) aponta a guerra global dos lugares em consonância com Maricato (2015) que, da mesma forma, esclarece que a luta por um lugar não é apenas aguardar políticas públicas, mas uma luta de classes.

A pesquisa, como acima abordado, busca investigar em Florianópolis, o contexto social no recorte geográfico do Maciço do Morro da Cruz.

Passo 2 – Definição dos entrevistados

O convite para realizarem a entrevista ocorreu por conveniência pela acessibilidade e segurança no morro onde explicava-se o estudo em questão, as etapas de realização e informando sobre o objetivo da pesquisa. Para a realização da entrevista, elaborou-se um roteiro de perguntas composta por perguntas abertas e fechadas, baseadas nos objetivos da pesquisa e com suporte sustentado pela base teórica. Entre as perguntas, algumas abordavam dados complementares, incluindo questões sobre gênero, idade, ocupação, localidade, cor e outras 33 perguntas abertas agrupadas por assunto e subdivididas em cinco blocos: quanto à inclusão social, quanto à qualidade de vida, quanto à desigualdade social, quanto à infraestrutura e, por fim, quanto ao preconceito e estigma de residir no MMC.

Passo 3 – Entrevista – Aplicação da entrevista

Foram realizadas e transcritas as oito entrevistas gravadas com os moradores do MMC que participaram do fornecimento de dados. A partir do relato extraído, buscou-se destacar, na percepção do pesquisador, os principais aspectos que caracterizam a percepção dos sujeitos sobre a inclusão social e outros aspectos decorrentes da sua relação com a cidade e suas rotinas, porém mantendo-se a perspectiva do entrevistado.

Passo 4 – Leitura Flutuante

Após a transcrição das entrevistas, a técnica de leitura flutuante foi aplicada nos relatos dos entrevistados, proporcionando o conhecimento prévio dos textos. Para Richardson (2011) esta técnica viabiliza o conhecimento prévio do material coletado, as primeiras orientações e impressões a respeito das mensagens dos documentos. A partir dessa ciência, o pesquisador iniciou a fase do protocolo de entrevistas, exposta a seguir.

Passo 5 – Análises das categorias definidas a priori

São apresentadas as categorias de análise definidas a priori, estabelecidas com base no referencial apresentado sobre o tema e objetivo do estudo – “Analisar percepção de moradores da comunidade do Maciço do Morro da Cruz sobre inclusão social e identificar seu sentimento quanto às oportunidades e participação no contexto socioespacial”.

O quadro 1 apresenta as categorias de análise a priori para nortear a execução da pesquisa.

Quadro 1 – Categorias de análise definidas a priori

CATEGORIAS	CARACTERÍSTICAS	COMPORTAMENTOS
INCLUSÃO SOCIAL	Desigualdade Social	Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada indivíduo se encontra (PIZZIO; SILVA, 2016).
	Tratamento Igualitário	Há uma tendência de inclusão social com tratamento igualitário no contexto da vida social, visando a democracia e a cidadania. Os autores defendem que medidas nesse sentido além de promover a inclusão social tem gerado transformações comportamentais, além de neutralizar as diferenças oriundas da heterogeneidade da população, considerando desta forma as particularidades e especificidades de cada um (FONSECA <i>et. al</i> , 2014).

URBANIZA-CAO	Infraestrutura	A urbanização e rápido crescimento da população urbanizada onde o aumento da população tem apontado um cenário exponencial de desigualdade, limitando dessa forma suprir as necessidades básicas da população destas localidades, como falta infraestrutura, saneamento, distribuição de água potável e acesso à serviços básicos de saúde. Com esse processo o rápido crescimento das cidades apresenta-se desigual, mas em cada lugar encontra-se um caminho próprio de construção no que tange às desigualdades, a exclusão das minorias – entende-se que as minorias têm se tornado um campo recorrente nas discussões atuais, principalmente quando se retrata o eixo das desigualdades, onde as minorias ou os excludentes eclodem no espaço atual como maiorias (CABRAL; CÂNDIDO, 2019).
	Qualidade de vida	É considerado município saudável aquele que executa atividades de proteção e fortalece pactos sociais entre as organizações representativas da sociedade civil, as demais instituições de outros setores aliados às autoridades políticas locais em busca da execução de ações de saúde que visem melhorar a qualidade de vida da população em âmbito local (BARCELOS; VASCONCELLOS; COHEN, 2010).
ESTIGMA	Preconceito	O efeito do estigma sobre a autoestima impacta diretamente a identidade pessoal do indivíduo. Dito que estes por pertencer a uma determinada categoria social, tornam-se vulneráveis e suscetíveis à rótulos como desviantes, tornando-se alvos de preconceito e vítimas de discriminação. Consequentemente passam a ter seus resultados econômicos impactados e seus interpessoais negativos (CROCKER & MAJOR, 1989, SIQUEIRA & CARDOSO, 2011).
	Falta de oportunidades	O SEBRAE desde o ano e 2009 tem fomentado ações nas favelas pacificadas oferecendo cursos de empreendedorismo para criar “oportunidades de negócios” para seus moradores, em especial para eletricitistas, costureiras, barbeiros, manicures, pedreiros, artesões e professoras que dão aula particular de música (SEBRAE, 2016).

As categorias definidas a priori foram baseadas em estudos científicos que relacionam na literatura a inclusão social à desigualdade social (tratamento igualitário), qualidade de vida, urbanização (infraestrutura), preconceito e estigma.

Como leitura da realidade diversos autores corroboram que a pobreza tem ligação dialética entre a perspectiva econômica e social, ou seja, entre o indivíduo e a estrutura como um todo, aliados ao fator “política” a qual, por meio de estratégias e critérios, atua de diferentes formas alterando o concepção de local para local (SILVA, 2013; PIZZIO; SILVA, 2016). Os autores destacam que a situação de pobreza a partir dos anos 1990 passou a ser relativizada,

evidenciando seu resultado decorrente de disfunções do sistema produtivo elencado a fatores estruturais que vão muito além da renda, mas que englobam a exclusão social em um cenário desigual com pouca intervenção e negligência aos direitos básicos.

Pode-se inferir, segundo Telles (2006) e Pizzio e Silva (2016), que “o enigma da pobreza” tem relação e efeitos diretos sobre a forma como esses direitos se interligam nas relações sociais, onde a vulnerabilidade se sobressai em uma conjuntura desigual, permitindo que esses indivíduos em condições de extrema pobreza permaneçam sem um tratamento igualitário, sem qualidade de vida e sofrendo diversos tipos de preconceito.

Passo 6 – Protocolo das entrevistas

O protocolo de entrevistas foi constituído de informações provindas da análise de enunciação e sumarização das entrevistas.

Passo 7 – Definição das categorias não a priori – técnica de enunciação.

Após a análise do material foi elaborada a categorização a posteriori (BARDIN, 2011). Nesta fase foram analisados os relatos dos entrevistados para definição das análises de categoria não a priori. Com a categorização é possível nomear e definir categorias que emergiram durante as entrevistas.

3.2 ASPECTOS ÉTICOS

Para atendimento das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (resolução CNS 196/96), foi entregue aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, tendo os colaboradores recebido todas as explicações pertinentes, concordaram com a realização das entrevistas, assinando, de forma espontânea o termo.

Quanto à confidencialidade dos dados, o pesquisador responsável por esta pesquisa – Prof. Dr. Pedro Martins – se comprometeu a manter a privacidade e a confidencialidade (TC) dos dados utilizados e a preservação integral do anonimato dos participantes – conforme estabelecido no TCLE.

3.3 ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste tópico serão apresentados e analisados os resultados alcançados durante o desenvolvimento desta pesquisa. Para melhor compreensão das fases da pesquisa, a apresentação dos resultados tem início pela pesquisa bibliográfica em busca de um arcabouço teórico para a sustentação da temática abordada. Depois disto, passa-se para a pesquisa qualitativa finalizando os dados encontrados e discussão dos resultados.

Apresenta-se a seguir uma categorização a partir das respostas obtidas com os oito moradores entrevistados, diferenciando-os em cada caso como respondente, idade/sexo, ocupação, localidade e cor – conforme quadro 2.

Quadro 2 – Descrição dos entrevistados

Moradores	Respondente	Idade/Sexo	Ocupação	Localidade	Cor/Raça
Morador1	G	37 Masculino	Funcionário de Distribuidora de bebidas	*Morro Do Quilombo	Branca
Morador2	M	62 Masculino	Professor e Farmacêutico	Morro da Cruz	Preto
Morador3	A.L	53 Feminino	Técnica de Enfermagem Aposentada	Morro do Maciço Monte Serrat	Preto
Morador4	L.H	24 Masculino	Servidor Público Estadual	Atualmente moro em Palhoça, mas residi por 25 anos na Costeira do Pirajubaé	Branca

Morador5	D	33 Feminino	Auxiliar de assistência geral	Morro do Horácio	Parda
Morador6	E	54 Masculino	Servidor Público Estadual	Serrinha	Parda
Morador7	L	41 Feminino	Doméstica	Morro da Caixa	Branca
Morador8	M	36 Feminino	Faxineira	Morro do Horácio	Parda

*Localidade em Florianópolis, não situada no MMC.

Em seguida o pesquisador desenvolveu um quadro denominado de protocolo de entrevistas, que engloba as informações mais relevantes de cada entrevista, de acordo com sua ótica. Para sua criação, os dados foram coletados através da leitura flutuante das entrevistas mantendo-se a perspectiva do entrevistado, sem a interpretação do pesquisador.

O protocolo de entrevistas representa a descrição sumarizada de cada uma das entrevistas e foi constituído com base no roteiro de entrevistas formado de cinco blocos – quanto à inclusão social, quanto à qualidade de vida, quanto à desigualdade social, quanto à infraestrutura e, por fim, quanto ao preconceito e estigma de residir no MMC

Buscou-se, então, estruturar a análise dos dados a partir desse protocolo, visto ser possível uma visão geral dos entrevistados, o que contribui para o processo de análise dos resultados da pesquisa. O quadro 3 é uma contribuição ao processo de pesquisa científica visto que não foi encontrado algo semelhante em outros trabalhos pesquisados e o resultado de sua aplicação na presente pesquisa foi significativo pois facilitou a visualização do todo de maneira instigante.

Quadro 3 – Protocolo de Entrevistas (matriz)

Entrevistados / Moradores	Dados Referentes à Inclusão Social	Dados Referentes à Qualidade de Vida	Dados Referentes a Estigma
	Desigualdade Social	Infraestrutura Urbanização	Preconceito
Entrevistado (M1)	Dificuldade pelo aspecto social, Econômico e pela educação. Falta da inclusão da comunidade em projetos sociais.	Não temos praça, sede social, nem creche na comunidade, a escola fica à 10 km da comunidade. A beleza natural da Ilha da Magia atrai turistas, mas não nos dá qualidade de vida. Na minha comunidade tem esgoto ao céu aberto com as crianças brincando no meio	Dificuldade em ter um bom emprego e ganhar um salário decente por preconceito por ser da comunidade.
Entrevistado (M2)	Desigualdade social, desigualdade étnica de condição, especialmente classes sociais e um severo abandono das ações governamentais de caráter público.	A cidade fugiu para os centros de circulação daqueles que visitam. Percebe-se que há um tratamento dos locais de visitação turística apenas, já com os bairros, com os morros e com as periferias da cidade especialmente aqui que é um lugar eleito como local batizado pelo fornecimento da violência e das péssimas condições de vida, esse é o exemplo social. Então a verdade para Ilha da Magia é como ela encobre e oculta o tratamento diverso que a cidade abriga seus habitantes.	Morar nesses ambientes significa quase afirmar que há um abandono explícito por estar ali situado nessas regiões periféricas que são compreendidas, como é compreendido o Maciço do Morro da Cruz.
Entrevistado 3 (M3)	Quando todas as pessoas têm oportunidade de estar numa sociedade mostrando sua cidadania, tendo direito a trabalho, a lazer, saúde, escola.	Um local urbanizado e sem destruição da mata, porque ali querendo ou não nós temos a mata Atlântica ainda um pedaço, a questão é mesmo tendo água, luz, parque, faz 3 anos que temos um parque no Monte Serrat, mas a urbanização foi muito destruída, precisamos ter uma urbanização com uma visão completamente diferente do que a gente tem hoje, tem que aproveitar os espaços com uma boa urbanização.	A gente sente que quem mora em morros não são trabalhadores, isso é algo que é muito referenciado dessa forma pela própria sociedade. Quem mora no Maciço é tratado de uma forma, às vezes agressiva e às vezes humilhante. Quem não mora no Maciço é tratado de forma diferente.
Entrevistado 4 (M4)	A desigualdade social para com essas pessoas porque elas foram inseridas ali não porque elas querem e sim porque elas só podem estar naquele lugar	Qualidade de vida é quando a gente pode propiciar algo melhor durante a nossa trajetória.	Sempre fui integrado no colégio e nunca tive dificuldade em arrumar emprego devido à região à qual eu estava inserido.

	devido a sua renda, o que pode ser feito são políticas públicas dando oportunidades para essas pessoas, talvez cursos de profissionalização ou talvez até um estudo melhor.		
Entrevistado 5 (M5)	Eu faço parte de uma inclusão social, eu desde criança participo de projetos sociais, sou muito grata, porque eles te dão a oportunidade de ter uma nova perspectiva de vida, do ambiente em que tu vives, tu não vive só naquele lugarzinho, tu não tem só a visão daquele lugar, muito pelo contrário, o projeto social faz com que tu ambicione mais, faz com que tu tenha sonhos em várias áreas da tua vida. Políticas públicas através de novas leis que beneficiem principalmente mulheres que geralmente são chefes de família. Eu tenho três filhos, mando eles para escola e para o projeto social.	Na minha comunidade falta política pública efetiva. A gente tem casa que tá uma em cima da outra ali, não tem saneamento, uma parte que foi invadida não tá organizada, cada um faz do jeito que quer, principalmente o pessoal que vem de fora, tá fazendo o que quer em Florianópolis nas comunidades.	Não encontro dificuldade de me incluir socialmente. Eu consigo conversar com qualquer pessoa de qualquer nível. As pessoas quando sabem que a gente mora na comunidade tem um certo impacto, até porque sempre falo Florianópolis acho que 80% é comunidade, praia e comunidade. A gente é estigmatizado por morar no morro.
Entrevistado 6 (M6)	A inclusão social acontece quando os moradores de um certo local começam a ter direitos e vez que não conseguiam antigamente. Os que tem muito tem muito e os que tem pouco tem muito pouco, tem muita desigualdade.	A gente mora numa capital, aí sim, com as praias, trilhas... Você ter uma praça, um colégio, um posto de saúde, isso dá bastante conforto à comunidade. Na Serrinha, no começo dela, não tinha infraestrutura, há 35 atrás. A própria comunidade que construiu.	No Maciço todos se olham igual, não tem outra forma. Na comunidade o pessoal se ajuda mais, o pessoal é mais ligado nos problemas da comunidade. Na central o pessoal é mais afastado. Aqui se você fala que mora numa comunidade dessas o pessoal te olha com outros olhos.
Entrevistado 7 (M7)	Há bastante desigualdade social.	Alguns vivem bem, mas alguns têm qualidade de vida mais precária.	Tem bastante preconceito, dinheiro essas coisas.
Entrevistado 8 (M8)	Não participo muito da sociedade. Por morar no Maciço do Morro da Cruz fico bem no meu canto. Tem muita desigualdade social, tem que ter um planejamento feito pelo governo.	Ter saúde, esporte para praticar, uma boa alimentação, no Morro do Horácio tenho qualidade de vida.	Tem discriminação por ser favela, geralmente quem não conhece o lugar acha que todo mundo é igual, tem o certo e tem o errado.

Assim, expõe-se a seguir a análise das categorias definidas *a priori*.

3.4 ANÁLISE DAS CATEGORIAS DEFINIDAS A PRIORI

Nesta etapa o pesquisador, a partir das caracterizações qualitativas através de uma compreensão de pequenos significados adquiridos após uma exaustiva etapa de leituras sobre a temática, busca reinterpretar as falas dos entrevistados.

O Quadro 4 apresenta trechos dos relatos dos moradores referentes à categoria desigualdade social.

Quadro 4 – Categoria Desigualdade Social

Es	Trechos de Relatos
E1	[...] na questão da comunidade assim, é incluir a comunidade em projetos sociais, inserindo a comunidade dentro da sociedade em comum, assim, no todo, né? De modo geral [...] é por conta de morar na comunidade, por conta da questão social, assim, tanto econômica, quanto a questão de educação, sinto bastante dificuldade, sim.
E2	A inclusão social é parte de uma agenda política governamental de contemplar o máximo da sociedade com serviços, com benefícios que possam garantir a promoção social das mesmas... Incluídas dentro de um planejamento, incluídos numa política de governança que tenha como princípio fundamental o equilíbrio social a partir do atendimento daquelas necessidades mais elementares que o ser humano precisa ter no sentido de lhe assegurar dignidade.
E3	A gente tem bastante dificuldade, primeiro que o morro... a comunidade Monte Serrat ela é uma das segundas comunidades que tem mais número de negros. Por nós sermos negros, ou pretos, hoje que é o termo mais correto de se falar, as pessoas acham que a gente não tem educação, que a gente não tem direito a políticas públicas e nem moradia. Então, sendo de uma comunidade é difícil para conseguir emprego, pra escola é difícil, pra tu conseguir uma escola... Então... lazer as pessoas acham também que a gente não tem direito a lazer, então sempre tem um porquê e nesses porquês a gente sempre não tem direito a nada.
E5	Isso é bem gritante. Por exemplo, faz tempo que não entro mais no shopping Beira Mar, mas a gente sempre teve uma discriminação em relação porque o pessoal sabia quem era do morro e quem não era. No Angeloni também... A gente tem esse tratamento muitas vezes, por ter esse estereótipo de morar na comunidade e das pessoas, seguranças, seguirem a gente, porque a gente tem estereótipo de que mora no morro, que é pobre, que mora na favela... A gente sente essa diferença.
E6	Em Florianópolis eu não vejo uma desigualdade social tão grande, não chega ser tão visível, apesar de a gente ter as comunidades. Mas em vista de outros locais as nossas comunidades elas são de classe média baixa.

A distribuição da pobreza no espaço supõe que a mensuração do nível de necessidades esteja limitada à localização ou espaço aos quais esses indivíduos estão inseridos, já que eles possuem diferentes capacidades e possibilidades em vista do local que habitam (SANTOS, 2012; PIZZIO, SILVA; 2016). Em síntese, pode-se afirmar que com uma infraestrutura básica o cidadão tem maiores chances de desenvolvimento físico e psicológico.

Estudos concluem uma maior inclinação, uma maior probabilidade do lugar por si só ser a condição de pobreza do indivíduo, pois esse mesmo indivíduo inserido em outro local teria maiores chances de crescimento, um lugar onde teria acesso ao que lhe é de direito, bens e serviços que poderiam transformar uma infância (SANTOS, 2012; PIZZIO; SILVA, 2016). Neste contexto, podemos citar locais de lazer, com parques, ginásios para esportes, praças e escolas próximas à comunidade.

O quadro 5 apresenta a categoria Urbanização – Infraestrutura.

Quadro 5 – Categoria Urbanização – Infraestrutura

Es	Trechos da entrevista
E1	<p>Poderia ter uma atenção maior do poder público Por exemplo, na minha comunidade a gente foi sempre muito carente, muito desassistido assim na questão do poder público. É que eu nasci na comunidade, hoje tenho 37 anos e até hoje nunca vi, não tem uma praça na minha comunidade para as crianças, não tem uma sede social, não tem uma creche, isso aí a minha comunidade precisa. Não tem um colégio também, as crianças que querem estudar tem que caminhar praticamente quase 10 km pra chegar no colégio. Nessa questão, se tivesse na minha comunidade ia melhorar muito. É uma desigualdade muito grande. Eu vejo nas reportagens na televisão, na Beira mar, estão sempre procurando melhorar para ter turismo, nas praias, tudo, nos pontos turísticos. Nas comunidades não tem isso. Na minha comunidade tem esgoto a céu aberto....</p>
E2	<p>12% da população de Florianópolis ainda vive em condições miseráveis, de pobreza absoluta. Há uma grande precariedade salarial A mobilidade urbana melhorou depois de uma intervenção social, representada pelo ônibus no morro. Foi a mais revolucionária intervenção social para a mobilidade dessas populações onde nós encontrávamos pessoas que a cada três anos conseguiam vir ao centro da cidade. O IDH, o índice de desenvolvimento humano que está colocado para essas populações dos habitantes do Maciço... Isso é um fator de empobrecimento diferente de outras localidades da cidade. Há uma situação desigual entre o Maciço e outros lugares da cidade no acesso aos bens sociais.</p>
E3	<p>Qualidade de vida é quando eu tenho direito a ir e vir aonde eu quiser, ter direito a ter lazer, saúde, educação, moradia, isso que é ter qualidade de vida, conhecer outros lugares, ter oportunidade de conhecer outros lugares que não seja só Florianópolis. A gente não é visto como cidadão no Morro do Maciço. Geralmente é visto como cidadão opressor pra ser oprimido. Se, para nós, as políticas públicas funcionassem de forma boa pra todo o morro do Maciço, garanto que a visão seria muito diferente das pessoas verem os moradores do Morro do Maciço. A gente, por exemplo, na comunidade Monte Serrat, todas as políticas públicas que a gente conseguiu ter foi através sempre de união comunitária, principalmente da liderança comunitária que a gente tem no Morro do Maciço, sempre foi através de muita luta, de conquista, através de muita briga, mostrando a necessidade para o poder público para a gente ter hoje, por exemplo, no Morro do Maciço nós podemos dizer que temos uma boa qualidade de vida. A gente tem unidade de saúde básica, que foi com luta, a gente tem água, esgoto, rua calçada, temos escola, temos uma ONG, temos escola de samba, temos igreja católica, igreja evangélica, centro de umbanda, religiões afro. Isto faz com que a gente tenha uma qualidade de vida boa, mesmo que tem outras situações que precisam ser melhoradas.</p>

Conforme Wanderley (2006) as políticas públicas são necessárias, mas deve considerar cada contexto e suas particularidades, pois cada comunidade possui diferentes demandas e diferentes níveis de desigualdade social. Os serviços públicos que atendem uma comunidade podem não ser urgentes para outra. Além do fato das necessidades subjetivas, entre elas, o sofrimento ou os sonhos dos indivíduos lá inseridos que decorrem da relação por ele estabelecida com essa comunidade (PIZZIO; SILVA, 2016). O trecho da fala de E4, E5, E6 E E8 expressam esse posicionamento. A realidade é diversa de uma comunidade para a outra, enquanto alguns entrevistados declaram que nunca faltou infraestrutura em sua comunidade, outros ressaltam diversas irregularidades e precariedade nos serviços básicos:

Onde eu residia era tudo ok, tudo normalizado, calçamento de lajota normal, como praticamente todas as ruas do Maciço, saneamento básico, esgoto, tem água, nunca faltou energia nem água nem nada, tem a infraestrutura completa (E4).

Tem bairros bem mais complicados, com uma dificuldade bem maior que a nossa. A gente sabe de comunidades que as casas são de papelão, que não tem uma água potável, um chuveiro para tomar banho. Nossa comunidade é privilegiada. Eu moro numa comunidade, na parte que eu vivo da comunidade tem saneamento básico, tem luz, tem tudo legalzinho estruturado. A gente não encontra na comunidade que eu moro situação de miserabilidade, de pobreza extrema (E5).

Tem infraestrutura hoje em dia, a partir da década de 80 ela passou a ter estrutura urbana (E6).

No Morro do Horácio, na parte que moro para o lado da Mata, não é nada legalizada, esgoto não está sendo tratado, está tudo irregular (E8).

O Quadro 6 apresenta trechos dos relatos dos moradores voltados aos conceitos de estigma e preconceito.

Quadro 6 – Categoria Estigma – Preconceito

Es	Trechos de Relatos
----	--------------------

E1	Sofri agressões por policiais, inclusive falando que eu nunca iria parar, que favelado não sai do crime. Eu sinto que para sempre vai ser isso, pois me dificulta até visitar meus parentes que moram na comunidade. Sempre ligo antes para ver se está tranquilo subir o morro. Porque ainda tenho um receio de ser abordado e sofrer algum tipo de represália da polícia, pois da vez que fui preso eu já não atuava mais no tráfico mas os policiais me prenderam pois eu ainda andava com pessoas envolvidas e, na hora da abordagem, forjaram que eu estaria com drogas. Então, tenho muito receio de frequentar a minha comunidade enquanto os policiais estão lá.
E3	Dependendo ainda o local que tu mora dentro do próprio maciço do Morro da Cruz. Eu moro na geral do Morro do Monte Serrat, é um pouco diferente. Eu moro no postinho, o tratamento é diferente. Então, dependendo da região dentro do Morro do Maciço tem uma diferença assim muito grande. Mas, porque eu tenho que é uma região explica a outra, mas isso tem pessoas que não são honestas, que não são trabalhadores. Então, tem estigma, infelizmente tem alguns lugares que tem diferença de estrutura de uma para outra.
E4	Preconceito, a própria palavra já fala. Ele tem preconceito. Antes de tu conhecer a pessoa tu já julgar a pessoa. Agora, estigma não me vem na cabeça, o que poderia ser um estigma? Não sei o que eu posso argumentar sobre isso... Em alguma região acredito que sim, de Florianópolis, aquela pessoa que está inserida em comunidades mais carentes do Maciço do Morro da Cruz possa gerar algum certo preconceito, sim.
E5	Por que meu irmão morreu? Porque meu irmão morava no morro. O branco que morava ali na Trindade, Nova Viagem, foi liberado e o meu irmão, por que que não foi liberado? Então, você acredita que existe um racismo estrutural. Por que eu nunca sofri? Racismo ou sou parda, né? Mas, assim, ó: eu sempre senti o preconceito por morar no morro, você pode sabe isso, sim. Eu tenho que sentir muita diferença por morar no morro, por ser pobre, não por ser morena, por ser afrodescendente aceita. A pessoa gosta da morena, não desse sentido mais por ser pobre de preconceito.

Portanto, pode-se inferir que, a partir das entrevistas realizadas, que os moradores sentem o preconceito de várias formas, através de momentos de humilhação e algumas vezes com tratamento agressivo.

O estigma da favela é voltado às drogas, roubo e violência. Desta forma, as pessoas em geral se sentem inseguras e sentem medo de qualquer forma de aproximação, inclusive de proporcionar uma oferta de emprego para pessoas que habitam na favela, como pode ser visto nos trechos das falas dos entrevistados E3, E5 e E7:

[...] Às vezes a gente é tratado de forma humilhante, né? E pessoas que não mora no maciço, o tratamento, até por questão também da cor, da nossa cor de pele, querendo arrumar um tratamento normal que não era para ser normal. Mas infeliz do tratamento de ser preto, morar em morro. Duas formas de tratamento. Se tu for Preto, morar numa região mais baixa, mais ou menos, mas se tu for Branco são duas formas diferentes, mesmo morando em morro e mesmo morando no asfalto, essas formas de tratamento são bem diferentes (E3).

[...] Seguindo, sabe, é vendo que é estereótipo ou estereótipo de sandálias de dedo, não tinha uma bolsa chique. Eu só com uma sacolinha na mão e a gente tem esse tratamento muitas vezes. Já tem

um estereótipo de morar na comunidade e das pessoas, seguranças, seguir a gente. A gente sabe que esse segurança que, nossa! Mas eles são mandados, são pagos para seguir, para ver por que a gente pode criar... É pobre na favela. Então, a gente sente, claro, que sempre quando vai trocar uma roupa que tu ganhou de presente... Não está tão bem diferente de um cliente, que ele sabe o que já é cliente deles, a gente sente essa diferença (E5).

[...] A lgumas pessoas têm preconceito por morar no morro. Eu nunca senti, eu gosto de morar lá, mas se pudesse gostaria de morar em lugar mais sossegado (E7).

Para Siqueira e Cardoso (2011) o estigma se refere à manipulação da identidade deteriorada através de um processo constituído socialmente. Neste sentido, a partir do momento em que nos sentimos do grupo de pessoas normais, o grupo de pessoas estigmatizadas passa a ser desconsiderado, sendo reduzido a uma categoria diminuída pelo preconceito dos ditos “normais”.

Contudo, o preconceito e o estigma por parte da sociedade, excluindo à margem do convívio social, é um processo construído ao longo da história no Brasil. Ressalta-se a necessidade de se estabelecer reflexões a respeito desse processo de preconceito social, econômico e de certa forma simbólico, onde ocorre uma estigmatização por parte de um inconsciente social coletivo.

3.5 CATEGORIAS DE ANÁLISE DEFINIDAS NÃO A PRIORI – TÉCNICA DE CATEGORIZAÇÃO

A partir de agora serão apresentadas as categorias de análise não a priori, ponto de similitude gerado a partir dos relatos dos entrevistados. Neste capítulo adiciona-se observação a respeito dos relatos. As categorias não a priori encontradas foram as seguintes: Segurança Pública e Desigualdade na Educação.

3.5.1 Segurança pública

Um dos aspectos frequentemente mencionados pelos entrevistados no decorrer da entrevista foi a segurança pública, onde muitos se sentem inseguros e desprotegidos. Diante disso, extraíram-se alguns trechos dos relatos dos entrevistados que evidenciam sua preocupação com a segurança pública. Ressalta-se que todos os moradores entrevistados

reforçam a ideia de segurança, mas sentem-se estigmatizados por serem moradores de comunidades (Quadro 7).

Quadro 7 – Categoria Segurança Pública

Es	Trechos de Relatos
E1	<p>É muita opressão por parte da polícia militar. Eles estão todo dia ali [...] por causa do medo que eles impunha. Eles impõem muito medo para a comunidade, porque é como eu falei: hoje em dia praticamente 90% do pessoal que mora ali é de moradores que vêm de fora, daí tão ali e não sabem o que acontece ali. Tão chegando agora porque quem morava ali antes desde sempre acaba saindo por causa do medo, aí vende suas casas. Tem gente ali que às vezes tem uma casa de 50 mil e acaba vendendo por 10 mil só para sair. Medo da repressão da polícia. É porque que nem eu falei: o pessoal ali do tráfico, a maioria é da comunidade. Aí eles procuram ter uma certa harmonia com o pessoal ali, não tem maldade da parte deles.</p>
E2	<p>A segurança, ela carece de alguma relativização colocada. Eu tenho aqui referências, locais seguros, extremamente seguros de situação nas comunidades periféricas e que as motivações, as violências, são de outra ordem. Inclusive, essa questão da violência contra a mulher é colocada, do uso intensivo do álcool, do desemprego masculino que é massivo, isso tudo promove uma espécie de desordem social que beira a violência, que tira a condição de segurança dos moradores entre eles próprios. Então, esse olhar aqui determinado em perceber socialmente como nós vamos falar da segurança, a segurança é um conceito que envolve a ideia de uma responsabilidade social e de Estado nesse casamento. Por hora, a responsabilidade da segurança com a ausência dos outros, dos pré requisitos porque a polícia ela nunca foi concebida para ser a primeira solicitação da segurança, a polícia deveria ser a última. Porque a segurança é promovida pelos estamentos sociais e inclusivos, porque quando nós chegamos num grande número no melhoramento do conhecimento cultural, melhoramento dos quadros de trabalho e renda, de emprego, de vida cultural, de vida desportiva nas comunidades, a violência ela cai em números significativos.</p>
E3	<p>Eu me sinto mais segura no Monte Serrat do que na Hercílio Luz ou na Mauro Ramos, por incrível que pareça. Tranquilo, eu subo e desço qualquer hora o morro. Esse sentimento, porque na minha juventude dava de andar por tudo quanto é lugar na ilha e agora é mais difícil, a gente tem mais assaltos naquelas regiões. Eu não me sinto tão segura. Engraçado assim: quando eu fiz universidade, a 24 anos atrás, eu saía do Monte Serrat e ia para a rodoviária a pé todos os dias às 5 da manhã pra pegar o ônibus às 6 horas pra ir pra Itajaí. Eu ia e voltava todo dia pra Itajaí. Hoje eu não teria essa coragem. Eem muito morador de rua, a gente sabe que nem todos são... E aí a droga também. Hoje é maior, então a gente sabe que a maioria do pessoal ali é muito complicado. Quando sobe a polícia no morro, todo mundo é igual. Eu sei, a gente sabe, seria ironia minha dizer que no morro não existe tráfico. A gente sabe que existe. Eu não posso dizer que não existe, que vou tá dizendo algo mentiroso. Então, a gente é tratado todo mundo igual, não interessa se tu és um trabalhador, se tu não é, o tráfico é uma minoria. Só que quando a polícia sobe ela trata todo mundo igual e isso é uma das coisas mais tristes que tem, ainda mais a gente sendo negro, a gente é muito humilhado. Tem uma diferença assim: esses dias acabei até tendo uma discussão com a polícia militar. Eu tava na esquina da Major Costa e aí eles estavam fazendo <i>blitz</i>. Quando vinha um motoqueiro negro eles apontavam a arma, quando vem um motoqueiro branco eles colocavam a mão para parar, por que essa diferença? Qual a diferença que existe? A cor da pele? Por que a cor da pele tem tanta diferença? Isso é notório a violência que a gente tem com a polícia. É difícil um policial vir conversar. Existe muita diferença, sim, no tratamento que eles têm com o pessoal dentro do morro.</p>

E4	A gente se sentia muito seguro. Não havia furto, não havia roubo na nossa região. Com o passar do tempo, quando essas pessoas de outros estados, de outras regiões, passaram a frequentar ali, a região, a gente percebeu que havia já alguns furtos na região. Mas até então era esporádico e quanto à segurança, até então a gente se sentia bastante seguro pelo fato da vizinhança ser a mesma a tantos anos, há décadas. Onde eu moro o local não é perigoso, não. Atualmente as pessoas envolvidas com o tráfico, só pessoas de fora. Até porque os nativos que faziam a venda de entorpecentes estão presos e os de fora aproveitaram dessa oportunidade.
E5	Eu me sinto segura com os moradores e não me sinto segura com a polícia. Hoje em dia meu medo é a polícia. Infelizmente, eu nunca pensei que eu ia ter esse pensamento. Como eu te falei, eu tenho três filhos. Meu filho maior tem o meu tamanho, ele é pardo. Tem os amiguinhos que ele brinca. Eles vêm. Infelizmente, pelo fato deles serem meninos o meu medo é que a polícia faça uma abordagem, que eles estejam correndo atrás de pipa e a polícia ache que eles estão correndo quando eles chegarem para a abordagem e deem um tiro, façam uma abordagem, implantem alguma coisa. Porque, infelizmente, a gente já viu muita coisa [...] esse despreparo da polícia, a forma como eles vêm com esse preconceito.

Quando a segurança pública é mencionada evidenciam-se situações de riscos onde se faz necessário considerar as disparidades e o grau de vulnerabilidade social nesses locais já que as dinâmicas sociais e articulações dentro desses espaços impulsionam ou mitigam a violência, índices ditados por situações de privações extremas (PIZZIO; SILVA, 2016). Segundo os relatos, há uma explícita correlação de violência nesses locais por motivos diversos, entre eles a violência contra a mulher e o excesso de bebida, por parte de um grande número de indivíduos do sexo masculino desempregados.

Diante de tal realidade, diversos debates têm buscado alternativas capazes de subverter esses processos. Saquet e Silva (2009) ressalta que o território é entendido e compreendido como produto socioespacial que proporciona a condição para o habitat, a vivência e a produção. As carências vão além. Há, portanto, a necessidade de se pensar o território considerando as mais diversas articulações, porque os fatos que muitas vezes desencadeiam a violência nas comunidades são de teor subjetivo e estão entrelaçados a buracos emocionais, transformando esses lugares num cenário propício para a violência.

Os trechos mostram a percepção de E6 e E8 relatando em suas falas, a seguir, sobre a preocupação e medo constante:

A Serrinha é passagem da Trindade para a área Central. Então, a gente vê muita viatura circulando, mas em rondas, não. Só quando acontece alguma ocorrência na comunidade. A comunidade, no que diz respeito às pessoas de bem, aceita a polícia. A criminalidade, não. Até onde eu vejo e acompanho, a polícia respeita a comunidade (E6).

Algumas vezes a polícia entrou na casa de cima e nos assustamos, né? Aquele nosso cantinho é mais tranquilo (E8).

Assim, evidencia-se a preocupação dos moradores com a questão da segurança.

3.5.2 Desigualdade na educação

A educação tem relação direta com o futuro profissional dos cidadãos. Desta forma, sugere-se discussões estimulando e promovendo o processo de aprendizagem. A tarefa do educador é favorecer a aprendizagem por meio do contato com o conhecimento e da curiosidade dos educandos, resgatando a atenção dos alunos a participarem ativamente, estimulando o desejo de aprender e, acima de tudo, com olhar crítico sobre o estudante, valorizando suas potencialidades (FREIRE, 1996).

Os trechos das falas de E4 e E6 expressam a preocupação com a desigualdade na educação e o quanto isso se evidencia de região para região dentro do Maciço do Morro da Cruz. Enquanto algumas localidades já possuem estruturas bem desenvolvidas, algumas ainda têm escolas bem distantes onde as crianças precisam caminhar cerca de 1 km para chegar até a escola. O Quadro 8 apresenta a categoria Desigualdade na educação.

Quadro 8 – Categoria Desigualdade na educação

Es	Trechos da entrevista
E1	A questão da comunidade estar mais inserida em projetos sociais ajudaria na inclusão social. Por conta da questão social, tanto econômica quanto na questão da educação, até para ter um emprego com um salário melhor, para poder passar uma educação melhor para os filhos do que a educação que nós tivemos.
E4	Políticas públicas dando oportunidades para essas pessoas, talvez com cursos de profissionalização, ou talvez até um estudo melhor que seja agregado a uma faculdade para que elas tenham um futuro melhor ou possam retirar as gerações futuras daquela região. Olha, é diferente morar na região de morro ou no centro de Florianópolis. Na questão de escolas, isto pode representar melhores oportunidades. A questão de colégio público, querendo ou não, tá inserindo um pouco de tráfico de drogas e na região central alguns colégios acabam não permitindo isso por ter mais colégios particulares. Em contrapartida, quem mora nesse tipo de região não tem poder aquisitivo para pagar um colégio particular. Eu pude fazer através do meu pai uma faculdade particular e ser aprovado em concurso público.

A desigualdade na educação se faz perceber em todas as falas e muitos dos entrevistados destacam a importância dos projetos sociais desenvolvidos na comunidade que, muitas vezes, conseguem suprir essa diferença de base escolar já que a educação escolar incentiva e impulsiona os jovens em busca de seus sonhos e de uma vida melhor. O educador é capaz de favorecer a aprendizagem por meio do contato com o conhecimento e da curiosidade dos

educandos, resgatando a atenção dos alunos a participarem ativamente, estimulando o desejo de aprender (FREIRE, 1996).

O trecho da fala de E4 expressa esse posicionamento:

Não tive dificuldade em inclusão social. Mesmo morando no Maciço, sempre fui integrado no colégio, nunca tive dificuldade em arrumar emprego devido à região na qual estava inserido. Sou graduado em administração e pós-graduado em Gestão de Segurança Pública.

A partir da construção de um ambiente favorável, para que o processo de inclusão social de fato aconteça, contempla-se a viabilidade de uma educação igualitária manifestar-se por meio de um ambiente social e pelas experiências, por meio de cursos, projetos de inclusão, estágios em empresas, proporcionando desta forma uma maior oferta de emprego para esta parcela da sociedade, preparando-os desde jovens, ou seja, uma educação que ofereça as mesmas oportunidades educacionais para todos.

A constatação de que são inúmeras as dificuldades encontradas pelos moradores do MMC são nítidas nas entrevistas. Evidencia que a necessidade de medidas e ações voltadas à mitigação desse fenômeno, que se dá por todo o mundo, mas que nossos olhares possam se voltar à população brasileira. Que seja inferido esse desejo não só por parte do poder público, mas também da sociedade e que seja pauta de debates em comunidades, escolas, universidades, ONGs e também em roda de amigos.

Ressaltando aqui, no entanto, que tais ideias não têm a pretensão de que sejam consideradas como uma proposição, mas apenas uma contribuição àqueles que tenham a predisposição em ser atores de um movimento em busca de equidade ou de uma sociedade “socialmente justa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da presente pesquisa contribuiu para ampliar a compreensão sobre a percepção dos moradores do MMC quanto à inclusão social. No entendimento do pesquisador, a pergunta proposta para este estudo – Diante o contexto da inclusão social qual a percepção dos moradores do Maciço do Morro da Cruz? – foi respondida na íntegra em função de que se observou uma relação direta entre os depoimentos dos entrevistados e o que a presente pesquisa determina como inclusão social, apontando por meio de suas falas o cotidiano vivenciado por esses cidadãos e cidadãs no Maciço Morro da Cruz, o que deixa claro que a inclusão social é elemento crucial para qualquer discussão sobre planejamento territorial.

Com relação ao primeiro *objetivo* – descrever a opinião e sentimento dos moradores quanto ao estigma de residir no MMC – identificou-se em muitos a satisfação de residirem na comunidade, algumas falas demonstram que eles se ajudam entre si com o básico se for necessário. O que é clamado por esta parcela da população não é o objeto material que todos imaginam e, sim, oportunidade! Oportunidade de uma educação melhor, de trabalho digno e de serem olhados como seres humanos, por que, para muitos, quem mora na comunidade é ladrão ou traficante.

No que se refere ao segundo objetivo específico – identificar as dificuldades de inclusão social dos moradores em virtude de residirem em morros, especificamente no MMC – verificou-se que alguns entrevistados não procuram se incluir porque já sabem como são vistos e respondem “eu fico no meu canto”. Para outros, essas dificuldades se transformaram em combustível para busca uma vida melhor e para alguns a inclusão social é um sonho distante, que jamais será alcançado. Sendo assim, aceitam seu destino.

Para a consecução do terceiro objetivo específico deste trabalho – verificar sob a ótica dos moradores do MMC, quanto à dicotomia que envolve o conceito de beleza natural da “ilha da magia”, a qualidade de vida. De fato, os entrevistados têm clareza das belezas da Ilha mas, quando falam a respeito, parece que se referem a um mundo distante do qual eles não fazem parte, o qual apenas enxergam do alto do morro, pessoas que ficam até três anos sem descer para a Ilha, que jamais foram até o *shopping* e que de forma alguma se sentem parte da linda Florianópolis.

Em relação ao quarto e último objetivo específico – associar os resultados e apurar

qual(ais) a (s) forma (s) de minimizar a desigualdade social no MMC. A este respeito, foi possível verificar que, apesar de existir essa relação direta, ela não é eficiente nem suficiente. Ao mesmo tempo em que se comprovou que realizar ações práticas – como a promoção de lazer, esportes, melhorias na infraestrutura como um todo, desenvolver capacidades, habilidades e competências de confiança, segurança – é algo bem mais complicado do que se pode imaginar.

A trajetória da pesquisa passou por inúmeros percalços e desafios inesperados. A Pandemia do Covid-19, dificultou mas não impediu a pesquisa em campo, apesar das limitações por questões de saúde pública, que atingiu não só o ambiente socioespacial sedimentado do recorte, ora maciço do Morro da Cruz, mas também as atividades, curriculares, orientações e demais demandas que uma pesquisa impõe.

A atividade laboral do pesquisador, operador da segurança pública, tanto no cargo Delegado de Polícia Civil de Santa Catarina, quanto mais como diretor de inteligência, acirrou as desconfianças, que já é praxis quando alguém é questionado. Seja no cotidiano, seja na Academia.

Outro contratempo durante o percurso da pesquisa, foi a suspensão da atualização dos dados estatísticos no país do Instituto Brasileiro de Pesquisas (IBGE), com consultas de uma década de atraso e por alguns diversos órgãos e institutos de pesquisas individualizados. Tal fato causou óbices da complexa atividade de coleta de dados, mas não impedimento de seguir em frente.

Na condição de pesquisador e de certa forma telespectador, pensava ter medo deles, mas agora percebo que são eles que nos temem. Mitigar o preconceito e a estigmatização é um árduo trabalho que vem desde os primórdios da colonização, passando pela escravatura e se estendeu e perpetuou por todo o processo de desenvolvimento e crescimento do Brasil.

Observa-se também, pelo tema hodierno, que a saúde pública, o déficit habitacional, as oportunidades, o acesso à estrutura do estado e demais demandas modernas e antigas da sociedade, corroboram com as pontuações da professora Ermínia Maricato, já que as questões referidas são uma eterna luta de classes e não um tema com expectativa dos órgãos oficiais e de políticas públicas em geral.

Ou seja, nas inovações disruptivas do século, a situação da desigualdade social pouco evoluiu, poucas estratégias efetivas foram adotadas para mitigar o processo de divisão social com que os cidadãos se deparam, tanto presos às amarras do capital e *outsiders* da sensibilidade

humana quanto à invisibilidade das classes baixas e inclusão social.

Com relação às sugestões para trabalhos futuros, pode-se recomendar, para melhor compreensão da realidade vivida nesses territórios em busca da construção de processos coletivos para a diminuição das desigualdades sócio territoriais, incentivando e disseminando uma apropriação das políticas públicas cabíveis por partes desses cidadãos.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ADAMS, Betina. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história**. Florianópolis:Ed. da UFSC, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edição 70, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL; George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2018.

BRASIL.(1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. (2001). Estatuto das Cidades: Lei 10.257: promulgado em 10 de julho de 2001.

BUENO, Eduardo; **Náufragos, Traficantes e Degredados**. Rio de Janeiro: Objetiva,1998.

CABRAL, Laise do Nascimento; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Urbanização, vulnerabilidade, resiliência: relações conceituais e compreensões de causa e efeito. **URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, p. 1-13, 2019.

CECCHETTO, Fátima Regina; MUNIZ, Jacqueline O.; MONTEIRO, Rodrigo de A. “Basta Tá Do Lado” – a construção social do envolvido com o crime. **Cad. CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 99-116, abr. 2018b.

CECCHETTO, Fátima; MUNIZ, Jacqueline de O.; MONTEIRO, Rodrigo de A. A produção da vítima empreendedora de seu resgate social: juventudes, controles e envolvimento. **Ciênc.Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2.803-2.812, set. 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**. 2. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2017.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. São Paulo: Papyrus, 1995.

DANTAS, Jeferson. Projeto histórico e construção curricular: a experiência social do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 88, n. 218, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Globo, 2008.

FJP – Fundação João Pinheiro. **Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

FONSECA, Mahatma Maria Souza et al. **Inclusão social: uma tendência atual no contexto escolar**. Anais IV ENID / UEPB... Campina Grande: Realize Editora, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVANESE, Carolina Simões. **Paradigmas do planejamento territorial em debate: contribuições críticas a um ramo científico emergente**. Tese de doutorado – PPGPGT/UFABC. São Bernardo do Campo, 2018.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de**

Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRADE, Marlene. **Fórum do maciço do Morro da Cruz e AGRECO como espaço transitório**: germinando a espacialização de relações solidária em Santa Catarina. Tese de doutorado – PPGGeo/UFSC. Florianópolis, 2006.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Rio de Janeiro: L&M Pocket, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KIRCHNER, Diogo Fernandes. **Déficit Habitacional em Florianópolis**. Monografia de graduação – Economia/UFSC. Florianópolis, 2016.

KRISCHKE, Paulo; FERNANDES, Cíntia San Martin. Estilos de vida e políticas deliberativas. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 44, n. 2, p. 343-362, out. 2010.

LEITE, Márcia Pereira; GOMES, R. C. Empreendedorismo e “inclusão produtiva” em favelas e periferias. **Ensaio**, 14(1), 21-37, 2019.

MARICATO, Ermínia. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis RJ: vozes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.; SANCHES, O. **Qualitativo quantitativo**: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set., 1993.

PERLMAN, Janice E. **O Mito da Marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Riode Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PIZZIO, Alex; SILVA, Márcia Michelle Carneiro da. Território Vulnerável e Desenvolvimento Humano: uma análise à luz da política pública de assistência social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 35, p. 177-2-6, 2016.

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Projeto Maciço do Morro da Cruz**: dados sobre o projeto. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/infraestrutura/index.php?cms=projeto+macico+do+morro+da+cruz&menu=7&submenuid=303>. 2021.

RIBEIRO, Djamilia. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: método e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ROCHA, Vanessa. Relatório Invasão define o caos urbano na região central de Florianópolis. 22 ago. 2020. **Relatório Dossiê ND**. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-invasao-define-o-caos-urbano-na-regiao->

central-de-Florianópolis. Acesso em: 23 jan. 2021.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro: a geografia da pobreza urbana de Florianópolis**. Tese de doutorado – PPGeo/UFSC. Florianópolis, 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAQUET, Marcos A.; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: Concepções de Geografia, Espaço e Território. **Geo. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 24-42, jan. 2009.

SEBRAE. Fonte: <http://noticias.r7.com/economia/noticias/quer-regulariza-seu-negocio-agente-ensina-20091009.html>. 2016. Acesso em 18/12/2021.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2020. Abordagem sistêmica. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Maria Ozanira. Pobreza e suas diferentes expressões: questões teórico -Conceituais e empíricas. In: SILVA, Maria Ozanira (Org.). **Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza**. São Luis: Edufma, 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOUZA, Jessé de. **A Ralé Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Contracorrente, 2018.

SSP – Secretaria de Segurança Pública/Santa Catarina. Gerência de Estatística – GEEST. Diretoria de inteligência – DINI. **Relatórios estatísticos: dados internos**. Florianópolis: SSP/SC, 2021.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

THUSWOHL, Maurício. Favelas do Rio registram mais mortes por Covid-19 que muitos países. **Carta Capital**, n. 1146, 01 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/favelas-do-rio-registram-mais-mortes-por-covid-19-que-muitos-paises/>. Acesso em: 1 mar. 2021.

TOMÁS, Elaine Dorighello; SCHEIBE, Luiz Fernando. O Maciço do Morro da Cruz (MMC) em Florianópolis (SC): de não território a território do PAC. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 49, n. 1, p. 165-180, jan.-jul. 2015.

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina. LAAM – Laboratório de Análise Ambiental. **Aspectos Naturais da Urbanização do Morro do Maciço**. Disponível: www.ufsc.br/projetos/aspectos-naturais-e-da-urbanizacao-do-macico-do-morro-da-cruz/

VALLADARES, Lícia do Prado. **A Invenção da Favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Exotismo da Favela dá dinheiro Entrevista a Carla Rodrigues**. 2006. No mínimo: entrevista. Disponível em: <http://nominimo.ig.com.br>

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

WACQUANT, Löic. **Os Condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada.** 1ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho.** In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Marta Carmelita (Org.). **Desigualdade e a questão social.** 2. ed. São Paulo: Educ, 2004.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Sistema de informação em gestão social. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 56, p. 149-160, 2006. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100011.

WAZLAWICK, Raul Sidnei. **Metodologia de pesquisa para ciência da computação.** Filadélfia: Elsevier, 2008.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Introdução. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos(Orgs). **Um século de favela.** Rio de Janeiro: FGV, 2019.